

**Administração Pública de suporte às Relações Internacionais: O
comércio estabelecido entre Angola e Portugal, em articulação
com o MNE, MIREX, e demais organismos**

Rodilson Omar Sousa da Gama

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Administração pública

Orientador:

**Professor Doutor João Salis Gomes, Professor Auxiliar convidado do ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa**

Coorientadora:

**Mestre Susana Escária, Diretora de Serviços de Prospetiva e Planeamento na Secretaria
Geral do Ministério do Ambiente**

Outubro, 2017

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente apoiaram-me na realização deste trabalho, visto que sem este apoio tudo se tornaria mais difícil. Agradeço à toda minha família, em especial ao meu pai Joaquim Gama e à minha mãe Ana de Sousa, pelo apoio incondicional que me proporcionam.

Agradeço ao meu orientador o Professor João Salis Gomes pela sua disponibilidade, pelas suas opiniões e por acreditar que a concretização deste trabalho seria possível.

Agradeço à minha coorientadora, a Dra. Susana Escária pelo grande apoio que me proporcionou, pela sua disponibilidade, pela sua boa vontade, pelos seus conselhos, e pela partilha de conhecimentos.

Agradeço ao Dr. Amadeu Leitão Nunes, antigo representante comercial de Angola em Portugal pelo grande apoio, pela sua disponibilidade em reunir para a definição de questões ligadas ao trabalho, e pelos seus conselhos.

Agradeço à Representação Comercial de Angola em Portugal pelo acolhimento, pelos documentos que me disponibilizaram, e pelas instituições que me indicaram.

Resumo

A cooperação comercial entre Angola e Portugal é uma questão muito antiga. Apesar de se tratar de uma questão com determinados aspetos positivos, este relacionamento acarreta um conjunto de fragilidades, debilidades e desvantagens que afetam a prossecução da política comercial de ambos os Países.

No capítulo 1 efetuou-se o estudo sobre o Estado e a Administração, desde surgimento do Estado moderno até a implementação de reformas da Administração Pública, e verificou-se que esta reforma teve impactos sobre o funcionamento das entidades administrativas dos dois países.

No capítulo 2 fez-se a análise do envolvimento dos Ministérios das Relações Exteriores de Angola e dos negócios estrangeiros de Portugal na prossecução da política comercial, e constatou-se que estas entidades cooperam com outros organismos de natureza comercial para a consolidação desta política, e portanto tornou-se fulcral a análise do aparelho burocrático destas instituições.

Por último, o capítulo 3 ficou reservado ao estudo da relação comercial entre Angola e Portugal através da análise de documentos estatísticos, o que permitiu extrair um conjunto de relações relativamente ao fundamento desta relação. Entre as conclusões extraídas, importa salientar que nos últimos anos a balança comercial luso-angolana tem-se revelado desequilibrada e favorável à Portugal.

Palavras-Chave: Cooperação, Angola, Portugal, Administração Pública, Comércio, Reformas Administrativas, Ministérios dos Negócios Estrangeiro, Burocracia, Estado Moderno

Abstract

The trade cooperation between Angola and Portugal it's a very old question. Although this is a question with certain positive aspects, this relationship entails a set of frailties, weaknesses and disadvantages that affect the pursuit of the commercial policy of both countries.

In Chapter 1, a study was carried out on the State and Administration, from the emergence of the modern state to the implementation of reforms of the Public Administration, and it was verified that this reform had impacts on the functioning of the administrative entities of the two countries.

In Chapter 2, the involvement of the Ministries of Foreign Affairs of Angola and Portugal in the pursuit of commercial policy was analyzed, and it was verified that these entities cooperate with other commercial organizations to consolidate this policy, it is essential to analyze the bureaucratic apparatus of these institutions.

Finally, chapter 3 was reserved for the study of the commercial relationship between Angola and Portugal through the analysis of the statistical documents, which allowed to extract a set of inferences regarding the basis of this relation. Among the conclusions drawn, it should be noted that in recent years the Portuguese-Angolan trade balance has been unbalanced and favorable to Portugal.

Keywords: Cooperation, Angola, Portugal, Public Administration, Commerce, Administrative Reforms, Foreign Ministries, Bureaucracy, Modern State

Índice

Introdução	9
Capítulo 1: Estado e Reforma da Administração Pública	13
Introdução	13
1.1. Evolução do Estado Moderno	13
1.2. Administração científica	15
1.3. Teoria Burocrática.....	17
1.3.1. A burocracia em Portugal e nas suas colónias Africanas	20
1.3.2. Disfunções burocráticas	21
1.4. Administração Profissional	23
1.5. O impacto da descolonização e a reforma administrativa em Portugal.....	24
1.5.1. Reformas administrativas no período pós independência das colónias portuguesas em África.....	26
1.6. Teoria da escolha Pública e o New Public Management	27
1.7. Governança	28
1.7.1. Governança e Globalização.....	32
1.8. Dados Gerais sobre Angola.....	33
1.9. Dados Gerais Sobre Portugal	34
Conclusão.....	35
Capítulo 2: MNE e MIREX em articulação com os demais organismos de política Comercial. 36	
Introdução	36
2.1. MNE e MIREX e a Política Comercial	36
2.1.1. A AICEP e a política comercial	37
2.1.2. A política comercial de Angola em articulação com o MIREX.....	39
2.1.3. Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola.....	40
2.2. Análise da cooperação entre Angola e Portugal.....	43
2.2.1. Feira Internacional de Luanda.....	45
2.2.2. Acordos de cooperação comercial entre Angola e Portugal.....	46
2.3. O esforço empreendido por cada governo relativamente a prossecução da política comercial	48
Conclusão.....	51
Capítulo 3: Análise da Relação Comercial de Angola e Portugal.....	52

Introdução	52
3.1. Comércio de bens e serviços estabelecido entre Angola e Portugal	52
3.2. Comércio Internacional Angolano	59
3.3. Comércio Internacional Português	60
3.4 O Petróleo angolano	62
3.5. Sonangol e Galp	63
3.6. Crise em Angola	67
Conclusão	68
Bibliografia	71

Índice de Tabelas

Tabela 1:Dados Gerais Sobre Angola	33
Tabela 2:Dados Gerais Sobre Portugal	34
Tabela 3:Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com Angola	52
Tabela 4:Posição e Quota de Angola no Comércio Internacional Português de bens.....	54
Tabela 5:Posição e Quota de Portugal no Comércio Internacional de Bens de Angola.....	54
Tabela 6:Balança Comercial de Bens de Portugal com Angola.....	55
Tabela 7:Exportação de Portugal para Angola por Grupos de Produtos.....	56
Tabela 8:Importação de Portugal proveniente de Angola por Grupos de Produtos	57
Tabela 9:Importação de Portugal proveniente de Angola por Grupos de Produtos	58
Tabela 10:Quota de Angola no Comércio Internacional Português de Serviços	59

Lista de Abreviaturas

- AICEP**- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
- APIEX**-Agência Para o Investimento e Exportação de Angola
- AEP**-Associação Empresarial de Portugal
- AP**-Administração Pública
- API**-Agência Portuguesa para o Investimento
- AGT**-Administração Geral Tributária
- ADV**-Atestado de Verificação
- CEE**-Comunidade Económica Europeia
- CIA**-Central Intelligence Agency
- CCIPA**-Câmara do Comércio e Indústria Portugal Angola
- CEEIA**-Comunidade das Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola
- CPLP**-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CFR**-Clean Report of Findingir
- CABOC**-Cabinda Gulf Oil Company
- CCIP**-Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa
- CNE**-Central North East
- CAF**-Common Assessment Framework
- FILDA**-Feira Internacional Luanda
- FRELIMO**-Frente de Libertação de Moçambique
- FNLA**-Frente Nacional de Libertação de Angola
- INE**-Instituto Nacional de Estatística
- MPLA**-Movimento Popular de Libertação de Angola
- MIREX**-Ministério das Relações Exteriores
- MNE**-Ministério dos Negócios Estrangeiros
- NPM**-New Public Management

ONU-Organização das Nações Unidas

OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OPEP-Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PND-Plano Nacional de Desenvolvimento

PALOP-Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SMA-Secretariado para a Modernização Administrativa

SIMINCO-Sistema de Informação Integrada do Ministério do Comércio

SIADU -O Sistema Integrado Aduaneiro do Documento Único

SAEDU- O Sistema de Aceitação Eletrónica do Documento Único

SICOEX-Sistema Integrado do Comércio Externo

SILAC-Sistema Integrado de Licenciamento da Atividade Comercial

SONALGOL-Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

UNITA-União Nacional para a Independência Total de Angola

Introdução

Com este trabalho investigativo pretende-se ilustrar aquilo que é a relação comercial entre Angola e Portugal e o envolvimento dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ministério das Relações Exteriores na definição e construção da política comercial. A verdade é que estes organismos de política externa cooperam com outros organismos para que a política comercial seja definida e prosseguida com êxito, e portanto ao estudarmos o aparelho burocrático dos organismos de política externa dos dois países, não devemos prescindir da análise do envolvimento de outros organismos na prossecução da política comercial.

Este trabalho encontra-se organizado em 3 capítulos, no primeiro capítulo efetuou-se o estudo do Estado e a Administração na sociedade, mais concretamente sobre o Estado moderno, o Estado providência, que veio assegurar os direitos dos indivíduos, o estado de direito que visa ordenar a sociedade, salvaguardar os direitos dos cidadãos e garantir que os mesmos participem nos assuntos públicos, a administração científica que instaurou a segregação entre as esferas política e administrativa, a hierarquização dos cargos e a meritocracia. Devido à construção do Welfare State, deu-se a transição da Administração Científica para a Administração Profissional, este modelo de Administração procurava corrigir as falhas da Administração Científica, uma vez que fez desaparecer a separação entre a esfera política e administrativa, com o avanço da sociedade, os princípios defendidos pela Administração Profissional deixaram de fazer sentido, e a sociedade sentiu a necessidade de efetuar reformas na Administração Pública.

A reforma da Administração Pública tem impactos na sociedade em geral, mas importa realçar o impacto desta reforma em Portugal, por coincidir com o período que Portugal perdeu as suas colónias africanas. Portugal teve de ajustar o seu sistema administrativo em virtude de ter sido acordada a independência das colónias, e um grande exemplo elucidativo deste facto, é o desaparecimento de certas instituições que abrangiam às suas colónias, como é o caso do Ministério do Ultramar, esta que era uma organização burocrática que concentrava seus esforços para o tratamento de questões ligadas às colónias portuguesas.

No segundo capítulo fez-se o estudo sobre a relação que o Ministério dos Negócios estrangeiro de Portugal e o Ministério das Relações Exteriores de Angola têm na prossecução da política comercial, e a sua cooperação com outros organismos nesta matéria. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), é um organismo responsável pelo tratamento de questões ligadas ao investimento e comércio de Portugal, que faz parte integrante do MNE. Mais concretamente, a AICEP encontra-se dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiro em colaboração com o Ministério da Economia.

Em Angola o Ministério das Relações Exteriores coopera com outros organismos ou Ministérios para a prossecução da política comercial. A Agência Para a Promoção de Investimento e Exportação de Angola (APIEX), é um organismo tutelado pelo Ministério das Relações Exteriores de Angola ou MIREX, que visa promover ou impulsionar as exportações e os investimentos de Angola. O APIEX também coopera com o MIREX na prossecução da política comercial.

Os organismos responsáveis pela prossecução da política comercial de Portugal, cooperam com os organismos angolanos que desempenham a mesma política, participam em vários eventos, reuniões, conferências, e outras atividades que visam facilitar as suas parcerias e negócios. Importa salientar os eventos da Feira Internacional de Luanda ou FILDA, onde anualmente participam diversas empresas portuguesas. Neste segundo capítulo evidencia-se ainda o esforço empreendido por cada governo na prossecução deste relacionamento comercial, os acordos comerciais assinados, e os aspetos que contribuem para facilitar a relação entre os dois países.

No Capítulo 3, fez-se a análise mais concreta da relação comercial entre Angola e Portugal, analisando a balança comercial luso-angolana dos últimos anos, os bens mais importados e exportados por ambos, os fundamentos desta relação comercial, a parceria entre as respetivas petrolíferas, mais concretamente entre a Sonangol e a Galp. A crise angolana é também mencionada neste capítulo, uma vez que acarreta um conjunto de questões que não dizem apenas respeito à Angola, mas também ao conjunto de países que cooperam com Angola.

Objetivos e Metodologia

Pretende-se com este trabalho, ilustrar a relação comercial entre Angola e Portugal, e o envolvimento dos respetivos organismos de política externa na prossecução desta política Comercial; analisar se esta relação comercial tem sido vantajosa para ambos os países; detetar quais os principais desafios e falhas que estas instituições enfrentam; saber quais os principais aspetos que facilitam a relação entre os dois países. A crise, os problemas que Angola está a viver, e a necessidade de rever certas políticas, foram os principais motivos que levaram a elaboração deste trabalho, e a análise da relação comercial com Portugal é certamente uma das vias que irá possibilitar melhorar a situação de Angola, uma vez que se trata de um parceiro histórico que conhece muito bem os problemas deste país.

A metodologia utilizada foi a da análise documental, mais concretamente relatórios da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e bibliografias de determinados autores e Jornais. Através da análise do aparelho burocrático e do envolvimento do MNE e do MIREX, foi possível identificar como é que esta cooperação é estabelecida, o modo de funcionamento dos organismos responsáveis pela prossecução da política comercial, quais os principais desafios, falhas e os fundamentos desta relação. E com a análise dos dados estatísticos foi possível identificar com exatidão, ou seja, em termos numéricos os fundamentos desta relação comercial, os principais bens importados e exportados por ambos, e quais as áreas em que cada governo deve apostar para melhorar a sua política comercial, baseada no aumento das exportações.

Dificuldades encontradas

1. Existem poucos trabalhos que se focam no estudo da análise do funcionamento do aparelho burocrático dos organismos responsáveis pela prossecução da política externa de Angola e de Portugal;
2. O facto de a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal fazer parte integrante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal ser uma

questão muito recente, foi suficiente para encontrar dificuldades na recolha de informação;

3. A relação comercial entre Angola e Portugal é uma questão muito complexa, porque apesar de envolver os respetivos MNE'S, envolve também os organismos que se encontram tutelados por eles, em matéria de comércio, e não foi fácil detetar as suas interligações;
4. O facto de praticamente não haver trabalhos que estudem simultaneamente a relação comercial entre Angola e Portugal e o impacto das instituições de natureza comercial nesta relação, foi suficiente para encontrar muitas dificuldades.

Capítulo 1: Estado e Reforma da Administração Pública

Introdução

Neste primeiro capítulo importa estudar o Estado e a Administração na sociedade, começaremos por analisar o surgimento do estado moderno e as suas mais diversas características, mais concretamente do estado providência e do estado de direito democrático, e falando propriamente na Administração, iremos analisar inicialmente aquilo que foi a administração científica e a administração profissional, visto que se tratam das primeiras formas de Administração na sociedade, em seguida iremos estudar a burocracia como modelo, através das contribuições de vários autores, e como modelo adotado pelas instituições portuguesas e africanas no tempo colonial e no período após 25 de Abril de 1975. Houve a necessidade de reformar a Administração Pública, e portanto havia duas alternativas, a da *teoria da escolha pública*, e do *new public management*, estabelecendo sempre a análise destes modelos no caso concreto de Portugal e de África, e por último iremos estudar a *governança* na Europa e em África.

1.1. Evolução do Estado Moderno

Pierson (2011), diz que para Hobbes, a sociedade só funciona quando o contrato social é estabelecido, isto é, quando os indivíduos transferem seus poderes à uma entidade central que impõe a ordem, e esta entidade central denomina-se Estado. O Estado deve exercer o seu poder com base no respeito da vontade dos cidadãos, uma vez apesar de os indivíduos transferirem-lhe os seus poderes, o poder soberano continua a pertencer-lhes indiretamente, e se o poder soberano não respeitar a vontade dos cidadãos, estes podem recorrer à revolução (Hobbes, citado em Pierson, 2011). Há a necessidade de haver estado, pois sem ele, os indivíduos veem-se prejudicados na organização da sociedade, na segurança, e nos seus direitos, ou seja, em termos mais globais, sem esta entidade denominada estado, instalar-se-á na sociedade um clima anárquico onde haverá a disputa entre os homens e conseqüentemente a desorganização (Strayer, 1986:12). Pierson (2011), concorda com a ideia de contrato social de Hobbes, e com Weber quando este revela que o estado se constrói com base no monopólio da

violência, mas realça ainda que mais do que o estado tentar controlar todas as forças que usam a violência, é o processo de pacificação na sociedade e a emergência de outras diversidades de violência que não a do conflito físico.

Pierson (2011), aborda sobre a constitucionalidade dizendo que se trata de um elemento essencial para a consolidação da soberania, visto que a constituição no Estado moderno serve para consolidar os direitos e deveres dos cidadãos e para limitar a ação do Estado. Com o desenvolvimento do Estado moderno tornou-se possível limitar o papel do estado, e deste modo, proteger os direitos dos indivíduos (Strayer, 1986). Para que haja Estado é necessário que seja estabelecida a união entre os indivíduos de forma duradoura, esta união deve perdurar de geração à geração, de modo a que as ideias e os projetos se tornem cada vez mais consolidados com o passar do tempo, mas estas alianças não são suficientes para a formação do Estado, visto que é também necessário a criação de instituições permanentes, estas que são difíceis de se criar caso haja contantes alterações e se a coesão do grupo variar conforme as estações do ano, um exemplo disto é o facto de os grupos saírem constantemente das suas áreas, o que prejudica a consolidação do Estado (Strayer, 1986:12). Tem que haver ainda instituições capazes de promover laços entre os indivíduos, independentemente destes fazerem parte de grupos distintos, pois este sentimento de pertença entre os indivíduos corrobora a ideia de unidade nacional (Strayer, 1986:12-13).

Segundo Adão e Silva (1997:50), o estado providência é um modelo de Estado que se centra na definição da identidade e do estatuto social dos indivíduos, e no respeito dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos como, o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à proteção social em caso de doença ou desemprego, e a pensões sociais. A existência de seguros de acidentes, de doença, velhice ou invalidez e do seguro de desemprego na estrutura do Estado servem para demonstrar as características dos modelos de Estado social, visto que visam proteger os cidadãos (Mozzicafreddo, 1994:18, citado por Adão e Silva, 1997:43). O Estado providência garante e salvaguarda os direitos sociais através das políticas sociais, e deve garantir os direitos civis, políticos e sociais (Adão e Silva, 1997:39-40). O Estado novo era muito intervencionista e

concentrou seus esforços para a construção de infraestruturas como pontes, estradas, hospitais, estádios e ministérios, de modo a que houvesse melhorias nas vidas das populações (Oliveira Marques, 2003:660).

Existem 5 significados do estado de direito, o primeiro diz-nos que o Estado de direito protege os direitos dos indivíduos, o segundo, que o Estado deve ordenar os direitos da comunidade e deve simultaneamente reconhecer os direitos privados, o terceiro, que ao estado incumbe promover o bem público, o quarto, que há a negação do fundamento religioso do Estado, e por último que o estado de direito deve se concentrar no combate de ideias absolutistas e patrimoniais, e na afirmação do direito de os cidadãos participarem nos assuntos públicos (Bluntschli, citado em Jorge Novais, 2006:22). O Estado de direito é um estado que respeita, garante as regras constitucionais, que promove os direitos fundamentais, que respeita a vontade geral e que garante os princípios democráticos (Miranda, citado em Novais, 2006:24). Apenas haverá estado de direito quando as preocupações do estado se focarem de forma central na proteção e na garantia dos direitos fundamentais (Novais, 2006:25). Devido ao facto de o príncipe ter poderes ilimitados, a burguesia começou a se revelar insatisfeita e portanto pretendiam reformar a estrutura do Estado, de modo a que tivessem mais poderes e que houvesse transparência nas ações do Estado (Novais, 2006).

1.2. Administração científica

Segundo Rocha (2013:76), a Administração científica é um modelo clássico que se caracterizou pela segregação entre a política e a Administração, a hierarquia dos cargos, contratação baseada no mérito ou concursos, neutralidade dos funcionários nos processos de decisão, e na prossecução do interesse geral. Este modelo clássico teve o seu início na Europa com a revolução francesa, revolução esta que veio alterar o funcionamento da sociedade, uma vez que remotamente no tempo da monarquia os poderes se encontravam concentrados na pessoa do rei, com esta revolução deu-se então a institucionalização do princípio da separação de poderes, e aqui importa realçarmos a separação entre a esfera política e administrativa que passou a vigorar (Rocha, 2013:76 M). Wilson na sua obra “ *The Study of administration*” de 1887, veio corroborar esta

ideia de separação, afirmando e apelando pela necessidade de haver a separação entre a ciência política e a Administração, por se tratar de áreas distintas e separadas, e defende ainda que os decisores políticos devem delegar tarefas aos trabalhadores da administração pública, e estes de forma emancipada devem escolher os melhores métodos que lhes permitirão executar tais tarefas, isto pelo facto de a Administração pública se tratar de uma área emancipada e autónoma. A administração pública começou a ser estudada como ciência a partir deste artigo de Wilson, este artigo que pretendia resolver os problemas de gestão pública, de modo a que a eficiência fosse garantida (Rocha, 2013:77).

A administração científica consiste em eliminar os desperdícios do esforço humano, ou tudo aquilo que é considerado inútil, procura treinar os trabalhadores, de modo a que desempenhem as suas funções com êxito, há a divisão de tarefas ou trabalhos, o trabalho dos funcionários são supervisionados por superiores hierárquicos, os métodos de trabalhos encontram-se previamente definidos, há a padronização dos processos de trabalho, a seleção é feita com base no mérito, e o grande objetivo deste modelo de administração é garantir a eficiência (Taylor, citado em Chiavenato, 2011). Segundo Wilson (1887) é necessário aumentar a eficiência dos trabalhos dos servidores públicos de modo a que proporcionem e satisfaçam melhor as necessidades coletivas, para além da separação entre a política e a Administração Pública, deve haver também a separação entre a Administração Pública e o direito, e defende ainda que é mais fácil organizar a Administração em regimes democráticos do que em monarquias, por isso apelou para a necessidade de americanizar o continente europeu, visto que os Estados Unidos são os verdadeiros apoiantes de regimes democráticos.

Críticas ao modelo de administração científica:

Mayo não concordam com o facto de a administração científica considerar que a eficiência só é garantida através da especialização de tarefas, dizendo que a eficiência não depende muito da organização científica do trabalho, mas sim da motivação dos trabalhadores (citado em Rocha, 2013:79). Bendix, Long e Friedrich, criticam a ideia de separação entre a política e a Administração, uma vez que consideram difícil fazer a

distinção entre aquilo que é político daquilo que é administrativo (citados em Rocha, 2001).

1.3. Teoria Burocrática

Segundo Chiavenato (1995), o conceito de burocracia teve a sua origem quando o homem criou os seus primeiros códigos normativos que regulavam o processo de relacionamento entre o estado e os seus cidadãos, mas apenas se desenvolveu como teoria da administração, nos anos 1940. A burocratização é um fenómeno que procura impor no trabalho um conjunto de princípios como a hierarquia dos emolumentos e das funções, conjunto de normas, a divisão de trabalhos e a autoridade (Lefort, 1984). A burocracia é um conjunto de procedimentos, regras ou normas escritas que ditam a organização institucional e que se baseia em princípios como a hierarquização dos cargos, divisão do trabalho, racionalidade, impessoalidade nas relações, procedimentos standardizados ou padronizados, profissionalização dos trabalhadores, separação entre a esfera pública e privada, e na contratação baseada na meritocracia, com o objetivo de garantir a máxima eficiência nas instituições (Weber, citado em Chiavenato, 1995).

As características da burocracia de Weber (Chiavenato, 1995):

- 1) A ideia de que a burocracia é um conjunto de procedimentos e regras escritas ou que se encontram previstas na lei e que estão munidas de exatidão.
- 2) O facto de as normas previamente definidas ou escritas garantirem as atitudes que devem ser adotadas pelos trabalhadores, e de prevenirem interpretações indesejadas.
- 3) A divisão do trabalho permite definir com exatidão a função de cada funcionário, e esta divisão de trabalho encontra-se adequada aos objetivos a alcançar, este objetivos devem basear-se na maximização da eficiência das instituições.
- 4) Relativamente à impessoalidade nas relações, as atividades encontram-se definidas e distribuídas atendendo as funções e cargos, não olhando para a pessoa em específico, ou seja, as pessoas são vistas como meros ocupantes de cargos. A obediência é impessoal, uma vez que os funcionários não obedecem o chefe pelas duas qualidades,

mas porque a norma assim o determina, ou seja, nas instituições burocráticas os indivíduos obedecem a vontade da lei.

5) As normas burocráticas garantem que os funcionários inferiores devem obedecer os superiores e estão sujeitos ao controlo e supervisão superior, este controlo é feito ao cargo que o indivíduo ocupa, não ao indivíduo, e apesar deste controlo, os funcionários inferiores se encontram protegidos pelas regras escritas.

6) Quanto aos procedimentos estandardizados, a burocracia fixa regras específicas para os cargos, e os funcionários devem se limitar a respeitá-las e cumpri-las sem recorrer a nenhuma alteração.

7) A escolha das pessoas para exercer funções é feita com base no mérito, mais concretamente atendendo e olhando para as competências e níveis de qualificações, não pelas preferências pessoais.

8) Há a clara distinção e separação entre a propriedade privada e a Administração, e os dirigentes ou chefes não são donos da empresa ou do negócio, são apenas trabalhadores da empresa

9) Os funcionários são profissionais pelas seguintes razões:

a) Os funcionários são especialistas, qualificados, e portanto competentes nas funções que desempenham;

b) Os salários variam de cargo para cargo, e quanto mais elevado for o cargo, maior é o salário. Os funcionários não devem receber pagamentos dos clientes em privado, apenas devem receber o salário;

c) Cada funcionário se limita a fazer o que o seu cargo determina por norma. Os indivíduos não ocupam o cargo por vaidade ou honra, mas porque necessitam, e por ser um meio de subsistência;

d) São os superiores hierárquicos que escolhem, nomeiam, concedem os salários dos funcionários inferiores;

e) Relativamente ao tempo de permanência no cargo, não se encontra previamente definido, mas isto não significa que os cargos sejam vitalícios;

f) A medida que os funcionários desempenham as suas funções com êxito, estes podem ser promovidos para cargos mais elevados; Isto vai ao encontro da ideia de estabelecimento de funcionários de carreiras, ou seja, o modelo burocrático defendido por Weber permite que os funcionários permaneçam durante muito tempo nas empresas ou instituições, elevando assim os seus níveis ou cargos;

g) O funcionário é fiel ao cargo que ocupa e para além de defender o seu cargo, defende também a instituição em geral;

10) Todos os funcionários devem se comportar e agir consoante as regras definidas, de modo a que a organização alcance a máxima eficiência.

Weber diz que houve a necessidade de desenvolver e de incorporar a teoria burocrática na Administração dos Estados, devido ao facto de as teorias clássicas e a teoria das relações não conseguirem se adaptar às realidades emergentes, visto que já não conseguiam responder aos problemas e as demandas da sociedade, devido a necessidade de haver na sociedade um modelo de organização munido de racionalidade, abrangente, capaz de entender o processo de funcionamento das instituições e de se adaptar no sistema interno de todas as organizações, independentemente da sua natureza, devido a necessidade de haver a definição rigorosa e hierárquica de funções de modo a que haja organização nas instituições em termos de tarefas a serem desempenhadas e que as supervisões superiores sejam garantidas, visto que com as teorias clássicas e das relações humanas não eram garantidas (citado em Chiavenato, 1995). A burocracia é essencial no bom funcionamento das instituições, uma vez que nas sociedades não burocráticas há desorganização, as estruturas são mais frágeis, ilimitadas e complicadas, e portanto apela para que as instituições adotem os princípios burocráticos na sua estrutura (Richard H. Hall, 1978). O trabalho desenvolvido por Marx Weber sobre a burocracia foi fundamental para o seu desenvolvimento e instalação na sociedade, uma vez que Weber dedicou muito do seu tempo em investigações que tinham como objetivo principal fazer com que as instituições adotassem esse modelo que considerava o ideal para o bom funcionamento das mesmas (Chiavenato, 1995).

1.3.1. A burocracia em Portugal e nas suas colónias Africanas

A burocracia foi verdadeiramente um mecanismo que foi seguido em Portugal no tempo colonial, mas qui importa salientarmos aquilo que foi a burocracia no Estado novo, visto que foi um regime ditatorial que ficou marcado pela rigidez, hierarquia e formalismo (Rocha, 2013:80). A ata colonial de 1930 esta que funcionava como uma espécie de constituição para as colónias portuguesas, veio corroborar a ideia de consolidação dos direitos e garantias dos cidadãos indígenas, apesar de continuarem a não ter os mesmos direitos que o cidadãos portugueses naturais da metrópole (Marques, 2003). A constituição portuguesa de 1933 abrangia as colónias pelo ato colonial que nela se encontrava consagrada (Marques, 2003:654). As províncias ultramarinas estavam-se munidas de um conjunto de procedimentos, normas, regulamentos que ditavam o seu funcionamento e o modo de interação das populações, estas normas eram criadas e impostas pelo governo português, que contava com o apoio dos seus órgãos administrativos incumbidos de fiscalizarem a aplicação das normas nas províncias ultramarinas¹. O Ministério do Ultramar é uma organização burocrática composta por vários organismos que em conjunto trabalhavam não apenas para monitorizar as ações desenvolvidas nas colónias, mas também para melhorar as estruturas de serviços, para garantir a proteção da saúde, a luta pelas doenças, o desenvolvimento económico, e o bom funcionamento da administração financeira (Ministério do Ultramar, 1969:9).

As populações moçambicanas se revelando contra certas imposições feitas pelo governo português, procuraram várias vezes implementar resistências, e tal facto verificou-se fortemente quando o governo português impôs um conjunto de políticas que prejudicavam as condições salariais dos moçambicanos, e estes responderam, emigrando para a África do Sul em busca de melhores condições de vida, no período logo a seguir à segunda guerra mundial, e durante a eclosão da guerra-fria (Isaacman, citado em Lubkemann, 2004).

Segundo Almeida (2004), quando a Organização das Nações Unidas exigiu que as potências coloniais deviam entregar e portanto deixar as suas colónias, Portugal não viu com bons olhos estas pretensões, e acabou mesmo por se recusar entregar as suas

¹ Ministério do Ultramar, 1969

colónias, usando como argumento o facto de o ato colonial português registrar que os territórios portugueses que se encontram separados fisicamente receberem a designação de Províncias ultramarinas, não o de colónias, e tal facto serviu para demonstrar que Portugal se baseava muito nas normas para justificar os seus atos.

1.3.2. Disfunções burocráticas

Lefort (1984) diz que Marx não concorda com Hegel, quando este diz que a burocracia procura garantir o interesse geral, visto que para Marx, isto não correspondia a realidade, visto que o que realmente se verifica é que a burocracia procura preservar o seu interesse particular em detrimento do interesse geral.”A burocracia atribui ao Estado seus próprios objetivos que são os de manter a divisão social para confirmar e justificar seu estatuto próprio de corpo particular e privilegiado na sociedade”, e o facto de se tratar de uma teoria que privilegia os seus interesses particulares, torna-a incompetente (Marx, citado em Lefort,1984). O modelo burocrático não conseguiu se manter na sociedade devido a sua incapacidade de se ajustar às novas realidades (Blau,1956 e Crozier,1967, citados em David Ferraz,2013). Se o contexto se altera, os procedimentos ou regras anteriores deixam de fazer sentido, e portanto há a clara necessidade de fazer reformas ou ajustamentos ao modelo, de modo a que este possa responder aos problemas e desafios emergentes (David Ferraz,2013).

Lefort (1984) diz que a burocracia é um modelo que guarda internamente os seus segredos, evitando assim que estes sejam desvendados externamente, isto é, trata-se de um modelo fechado ao exterior. A burocracia é «*parasitária*», e o regime de Napoleão Bonaparte serve para demonstrar bem este facto, visto que se trata de um regime que possui estas características, por nela haver um conjunto de complicações no seu funcionamento interno (Marx, citado em Lefort, 1984).Disfunções burocráticas (Chiavenato, 1995):

- Os funcionários nas instituições de cariz burocrática não atuam conhecendo bem as suas funções, uma vez que se limitam apenas a conhecer e seguir as normas que se encontram inerentes ao seu cargo;

- Há o excesso de formalismo devido ao facto de que qualquer ato em burocracia ser necessariamente registado ou escrito. Outra das disfunções da burocracia é a existência de papéis sem importância e fundamento;
- O facto de em burocracia os funcionários atuarem com base nos procedimentos normativos e rotineiros, poderá originar um conjunto de problemas. A mudança no seio das organizações burocráticas pode ser encarada de forma estranha pelos funcionários, uma vez que estes conhecem apenas o que se encontra previamente definido por lei, e portanto, estes funcionários sentir-se-ão inseguros e com receio de mudança, e não verão outro caminho senão o da rejeição de mudança. Esta rejeição à mudança pode ser feita de forma pacífica ou agressiva recorrendo a atos de reclamações, tumultos e greves;
- Com os atos de impessoalidade no seio das instituições burocráticas, a pessoa humana não é respeitada, pois em burocracia verifica-se apenas o respeito pelos cargos que os funcionários ocupam. Os funcionários conhecem-se pelos cargos, não pelo nome dos ocupantes do cargo;
- Nas instituições burocráticas, são os funcionários superiores que tomam as decisões, independentemente de conhecerem ou não a matéria em questão. Esta falta de conhecimento por parte dos superiores hierárquicos, relativamente a matéria em questão, pode levar a falsas ou a decisões pouco eficazes;
- O facto de os processos e procedimentos de trabalho serem padronizados, faz com que os funcionários se encontrem limitados e a seguir apenas as normas para a prossecução das suas funções, e deste modo as empresas perdem muito com isto, visto que os funcionários se veem interditados nos atos que lhes permitem ser criativos e inovadores;
- As organizações burocráticas têm uma enorme preocupação em facilitar a identificação dos superiores hierárquicos, através de símbolos, uniformes, localização de salas, de estacionamento, e de outros sinais que permitem fazer a distinção entre os funcionários inferiores e superiores;

- O facto de os funcionários se basearem nas normas definidas previamente para atenderem e responderem os seus clientes, isto faz com que os clientes reclamem e se irrite devido a falta de respostas que se adequam a certos problemas, e pela falta de atenção; E portanto, os funcionários são atacados pelos clientes, deste modo, a sua segurança e tranquilidade será confrontada e prejudicada.

1.4. Administração Profissional

Deu-se então a passagem do modelo de Administração científica ou tradicional para o modelo denominado profissional, devido a construção do *Welfare State* e o consequente aumento das funções do estado, emergida da política do *New Deal*², esta política que ficou marcada pelo forte período de intervenção do estado na economia, na vida social, e pela implementação de novas medidas que visavam combater a crise de 1929 (Rocha, 2001). Este modelo de Administração profissional é muitas das vezes chamado de *Estado-administrativo*, devido ao poder da Administração face aos políticos (Redford, citado em Rocha, 2001). O *Estado-administrativo*, é a antítese do estado liberal, visto que nele não existe a distinção e separação entre políticos e administradores (Rocha, 2001). A administração profissional tem como características, o envolvimento dos funcionários nos processos decisivos, o desaparecimento da separação entre a política e a Administração, e quanto a isto importa realçar que mesmo nos países que sempre se verificou esta separação, na prática é a Administração que tem influência nos processos de decisão (Rocha, 2013:80).

Crise da administração profissional e a necessidade de reforma

As razões que levaram ao falhanço da burocracia profissional são, o facto de haver a falta de ligação entre os profissionais e os clientes, o facto de os serviços em burocracia serem demasiado rígidos e distantes, a não responsabilização pelos consumidores, o falhanço do *Welfare State*, uma vez que este falhou no seu grande objetivo que é estabelecer a igualdade entre as classes, mas o que se verificou foi precisamente o contrário, com o aumento do poder de uma classe, e com a crise económica de 1970, houve a necessidade de efetuar reforma na Administração, e

² Política desenvolvida durante o governo de Roosevelt

portanto haviam duas vias a seguir, uma a da *teoria da escolha pública*, e outra a do *new public management* (Rocha, 2013:81-82).

1.5. O impacto da descolonização e a reforma administrativa em Portugal

Segundo Araújo (2005), deu-se em Portugal a reforma da Administração Pública apenas nos finais dos anos 1970, e portanto mais tarde que nos restantes países da OCDE, e enquanto estes países lutavam para diminuir o peso e intervenção do estado, Portugal se dedicava na edificação de um estado mais interventivo, ou seja, na construção do estado social, este modelo de estado que visava aumentar as funções do estado, e uma das vias que permitia isto é o facto de o estado assumir as funções que antes eram levadas a cabo pelas entidades não-governamentais. De 1974 à 1976, o estado passou a intervir fortemente a nível salarial e de proteção social aos trabalhadores, uma vez que deu-se a fixação do salário mínimo, a evolução dos salários nas empresas públicas, ficou definido os subsídios de férias e de natal, bem como os prémios de produtividade e outros subsídios como incentivos, de 1976 à 1980, foram definidos os salários e a implementação de novas medidas de proteção social, ou seja, não se verificou muitas mudanças relativamente ao primeiro momento decorrentes período pós 74, de 1980 à 1983 deu-se a reorganização das políticas económicas, a recessão económica que envolveu falências de empresas e consequentemente despedimentos, tal situação só veio a melhorar com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, com a implementação de políticas de austeridade, e com a diminuição das exportações e do investimento público e privado (Mozzicafreddo,2000). A reforma visava o alcance de certos objetivos, “ melhorar a relação entre a administração e os cidadãos, reduzir os custos as obrigações e formalidades administrativas, e melhorar a formação dos funcionários públicos”, e este período em Portugal, coincidiu com a sua adesão à Comunidade económica Europeia (CEE), em 1986 (Corte-Real, citado em Araújo,2005). Devido ao processo de descolonização que se verificou nos meados dos anos 1970, havia a necessidade de reintegrar cerca de 49000 funcionários públicos, estes que representavam 13,3% da função pública, e consequentemente houve o aumento da despesa pública e da dimensão da Administração pública (Araújo, 2005). De acordo

com estudos empíricos verificou-se que em 1979 havia 372086 funcionários, em 1989 cerca de 482368, e em 1999 cerca de 716418, ou seja, num período de quase 20 anos, o número de funcionários duplicou (Rocha, citado em Araújo, 2005).

Verificou-se em Portugal um forte período de instabilidade governamental, os governos perduravam pouco tempo, houve sucessivas quedas de governos, mas apesar disto, importa realçarmos e analisarmos os contributos de alguns governos no processo de reforma, o *II-Governo constitucional*³, elaborou a lei de bases de reforma administrativa que visava a implementação da racionalização, simplificação dos processos, e a desburocratização dos serviços, o *IX-Governo*⁴ constitucional, criou o Secretariado para a Modernização Administrativa (SMA), esta que foi integrada da presidência do Conselho de Ministros e que tinha o objetivo de promover a inovação e a modernização na Administração Pública, e uma das medidas de grande importância que foi imposta pela SMA, foi aquela que se denomina “Mil Medidas de Modernização Administrativa” que visava melhorar as áreas de atendimento, melhorar os mecanismos que procuravam informar os cidadãos, a abertura dos serviços no período do almoço, e a simplificação dos formulários, e importa ainda salientar que pela primeira vez, a satisfação das necessidades dos utentes e o reconhecimento dos seus direitos passaram a ser encaradas como algo a ser alcançado, e continuando a seguir a reforma em termos cronológicos, em 1999 importa salientar a institucionalização do Sistema de Qualidade em Serviços Públicos pelo Decreto-Lei nº166-A/799, de 13 de Maio, em que agora a qualidade deixou de ser vista apenas a partir da relação *Administração-cidadãos*, mas a partir da relação de todos os *stakeholders*, a partir de 2002, a Direção-Geral da Administração Pública (DGAP), este organismo que era responsável pela promoção da inovação e qualidade na Administração Pública, promoveu a Common Assessment Framework (CAF), este organismo que é composta por um conjunto de critérios necessários na análise organizacional, a liderança, planeamento e estratégia, gestão dos processos e da mudança, os resultados orientados para os cidadãos ou clientes, os

³ Governado por Mário Soares, foi de 23 de Janeiro de 1978 a 29 de Agosto do mesmo ano

⁴ Governado por Mário Soares, foi de 9 de Junho de 1983 a 6 de Novembro de 1985

resultados relativos às pessoas, o impacto na sociedade e os resultados de desempenho, entre 1995 e 2002 foi implementado a criação das lojas do cidadão e do centro de formalidades das empresas (Nolasco, 2004).

A resolução do Conselho de Ministros nº53/2004, definiu 3 prioridades, a primeira ou a organização do estado e da Administração Pública, através da clarificação dos processos e funções do estado, de estruturas menos hierarquizadas, mais simples e flexíveis, a segunda ou o enfoque na questão da liderança e da responsabilização, e a terceira ou o grande enfoque no mérito, na qualificação e na avaliação de desempenho (Araújo, 2005).

1.5.1. Reformas administrativas no período pós independência das colónias portuguesas em África

Após o fim da guerra colonial, em Moçambique e na Guiné-Bissau já se sabia que viria governar e administrar, em Moçambique a FRELIMO, e na Guiné-Bissau o PAIGC, mas o caso de Angola seria mais complicado, devido a falta de cordialidade e de entendimento entre os diferentes partidos que lutavam pelo poder (Schlettwein, 2000:117). Durante as negociações no alvor entre os partidos angolanos e Portugal, ficou determinada a data da independência de Angola, para 11 de Novembro de 1975 e os partidos que viriam concorrer nas eleições que determinaria o legítimo governo de Angola, a verdade é que em 11 de Novembro de 1975, aquilo que tinha sido acordado em alvor não foi respeitado, uma vez que os movimentos partidários (MPLA, FNLA e UNITA), envolveram-se numa guerra civil que durou até 2002 (Correia, 1996:32-33). Antes da guerra civil Angola tinha boas relações comerciais com ocidente, o que contribuía de forma positiva para a sua economia, mas com a eclosão deste conflito, estas relações com o ocidente foram cortadas, devido ao facto de os EUA se aliarem a UNITA, estes que eram os grandes opositores do partido que estava no poder ou MPLA (Schlettwein, 2000:123). O governo muito se esforçou para a proliferação da política de nacionalização das áreas de atividades, mas revelou-se incapaz de prosseguir com esta política, havia nas indústrias a falta de funcionários com conhecimentos técnicos e falta de equipamentos (Schlettwein, 2000:124), e isto foi suficiente para provocar quedas na

produção, mais concretamente a produção petrolífera entre 1974 e 1976 caiu 40%, a produção de diamante cerca de 85%, a de café 65%, e a produção de minério de ferro foi totalmente abandonada (Hodges, 1986, citado em Schlettwein, 2000:124). A população ajudava o governo no processo de reconstrução de estradas, escolas e condutas de água, isto porque o governo sozinho não conseguia desenvolver essas atividades (Schlettwein, 2000:124). Enquanto que em Moçambique, o governo da FRELIMO recorreu muitas vezes a políticas que foram afastando os cidadãos das suas ações (Ribeiro, 2000).

1.6. Teoria da escolha Pública e o New Public Management

Segundo Madureira (2004:73), a *teoria da escolha pública* diz-nos que o indivíduo é genuinamente racional, egoísta, e não respeitador do princípio do altruísmo, uma vez que preocupam-se apenas em garantir os seus interesses e em satisfazer apenas as suas necessidades pessoais. Os superiores estão mais preocupados com as suas próprias carreiras e promoções (Tullock, 1965, citado em Rocha, 2013:82). A teoria da escolha pública procura ainda recuperar a hegemonia que tinha sido esquecida pela burocracia, e garantir o poder de decisão do poder político, diminuindo assim o poder da Administração Pública através do reforço da centralização de poderes nas mãos dos políticos (Madureira, 2004:73).

Madureira (2004:74), diz que a escola managerialista veio criticar o modelo tradicional burocrático, este que devido a crise do Welfare State revelou-se incapaz na prossecução dos seus objetivos, e portanto havia a necessidade de reformar a AP por via das ideias defendidas e apresentadas pela escola managerial que defendia a descentralização, a superioridade da gestão privada em relação a gestão pública, a redução do peso do estado, a desregulação, e a delegação de competências. Os elementos principais caracterizadores do NPM são, estilos e práticas de gestão privada, competição entre as agências no setor público, disciplina no uso de recursos e controlo de outputs, modelos específicos e avaliação de desempenho, divisão das unidades e gestão profissional (Hood, citado em Ferraz, 2013). Foi portanto com o modelo do

NPM que se verificou a passagem de um estado produtor e prestador de serviço, para um modelo de estado regulador (Ferraz, 2013).

Segundo Madureira (2004:74), o NPM foi determinante no início da crise petrolífera de 1970, esta que originou problemas de défices orçamentais. E existem três alternativas que os estados seguiram para a resolução desta crise, a primeira foi limitar as despesas públicas e reduzir os encargos públicos, a segunda ou a política que visava elevar os impostos, mas que tinha que ser encarada com muita minúcia por acarretar sérios riscos, e a terceira por sua vez se baseava na tentativa de melhoramento da performance das tarefas executadas pela *Administração Pública* com menos dinheiro (Kickert, 1999, citado em Madureira, 2004:74-75).

Críticas ao *New Public Management*

O NPM não prova em termos práticos ou reais que a gestão empresarial é a melhor e que a descentralização é realmente respeitada, uma vez que o que verificamos é que com este modelo há um claro aumento da centralização (Lownder, 1997, citado em Madureira, 2004:76). Os princípios defendidos pelo NPM são apenas uma atualização daquilo que já tinha sido feito ou definido pela Organização Científica do Trabalho taylorista do início do século XX (Pollitt, 1990, citado por Madureira, 2004:77).

1.7. Governança

Gomes (2003) diz que o conceito de governança é uma questão muito antiga que inicialmente era destinada para sociedades com estruturas de governação débeis, por isso África era o destino inicial nos anos 1980, e quando o Banco Mundial começou a ter problemas na sua estrutura, devido a má governação, adotou este conceito ou plano denominado *governança*, e foi a partir daí que este conceito começou a surtir efeitos na sociedade. A Fundação Mo Ibrahim é um organismo que concentra os seus esforços para garantir a boa governação em África, anualmente emite relatórios que nos permitem fazer a avaliação das governanças dos países Africanos, e atribui ainda um prémio monetário às entidades ou chefes de estado que promovem os direitos, garantias,

desenvolvimento económico e político nos seus países⁵. Há esta necessidade de promover a governança em África, porque se tratam de sistemas munidos de falhas, corrupção e de situações de abuso de poder por parte de quem governa (Fundação Mo Ibrahim, Sem data). A matriz governativa em África se baseia na autocracia, isto é, na vontade de quem governa (Bernadino, 2013:161). Entre 1950 e 1995 o número de autocracias em África decresceu, o que significa que houve um esforço para a edificação de democracias em África, em 1989 havia apenas 3 regimes democráticos, em 1994 cresceu para 11, e em 2004 para 13 regimes democráticos (Marshal e Gurr, 2005, citados em Bernadino, 2013:162). A palavra governança surgiu quando o Banco Mundial almejava aprofundar os conhecimentos relativamente às formas que contribuem para a edificação de um Estado mais eficiente, onde a capacidade governativa passaria a ser avaliada pelos resultados das políticas governamentais e pela forma como os governos exercem os seus poderes (Diniz, 1995, Citado em Alcindo Gonçalves, 2005). A globalização surgiu como um conceito inovador devido ao facto de trazer novas tendências de gestão compartilhada e interinstitucional (Frey, 2007). Gonçalves (2005) fez menção ao documento do Banco Mundial denominado “*Governance and development*” de 1992, documento este que diz que «a governança é o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo»; Isto é, “é a maneira pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de um país visando o desenvolvimento, e é ainda a capacidade dos governos em planejar, formular, implementar políticas e cumprir funções”. A boa governança é o modelo ideal e aquela que é indispensável no desenvolvimento das nossas sociedades, uma vez que contribuem para o crescimento económico e equidade social, bem como a promoção dos direitos humanos (Santos, 1997, citado em Gonçalves, 2005). Bovaird e Loffler, dizem que este modelo de boa governança parece se tratar de um modelo que promoveu a conciliação entre os valores caraterísticos da nova gestão

⁵ Fundação Mo Ibrahim,
<http://mo.ibrahim.foundation/prize/>
<http://mo.ibrahim.foundation/about-us/>

pública e os valores que privilegiam a cidadania ativa e participativa (citados em Ferraz e Helena, 2008). A governança é uma fonte de legitimação do poder que se centra no bem comum ou geral e que permite a participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão, e com a governança, os atores privados, instituições públicas, grupo de interesses e as comunidades de cidadãos fazem parte integrante da formulação das políticas (Gomes, 2003).

Covas (2007) “A governança é uma rede de relações muito compreensiva entre atores públicos e não públicos, que mantêm entre si relações não hierárquicas, policêntricas e, mutuamente dependentes, em redor de funções de regulação de conflitos de interesses, em vez da convencional e hierárquica redistribuição de recursos orçamentais que caracterizam o estado-providência”. O grau de sucesso da governança depende muito do respeito pelo conjunto de pressupostos que lhes são inerentes, pressupostos estes que podem ser, a transparência, responsabilização, prestação de contas e o respeito da legalidade, e importa ainda salientar que os representantes dos cidadãos têm a necessidade de exercer as funções com base na transparência e responsabilização, devido ao facto de em democracia o poder residir indiretamente nos cidadãos, visto que os representantes dos cidadãos são escolhidos democraticamente pelos cidadãos, e portanto devem recorrer a atos que contribuem para promover o bem-estar geral, satisfazendo assim as necessidades coletivas (Comissão Europeia, 2001). O modelo de boa governança veio tornar a administração mais transparente e democraticamente controlada, fazendo com que as decisões sejam cada vez mais legítimas, elevando assim os níveis de confiança pública (Ferraz e Helena, 2008). Quanto mais aberto e transparente for a governação, maior será o envolvimento dos indivíduos nas questões ou atos levado a cabo pelos seus representantes, isto é, o controlo e supervisão dos atos dos seus representantes perdurará, e portanto maior será a conexão entre as políticas públicas e as necessidades da sociedade (Callahan, citado em Ferraz e Helena, 2008).

Comissão Europeia (2001) “A governança designa o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder a nível

européu, especialmente no que se refere à responsabilidade, legibilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia desse exercício”, e para que haja boa governança estes princípios devem ser respeitados:

1. *Abertura*: este princípio defende que as instituições devem trabalhar de forma mais transparente possível, as decisões e as estratégias a utilizar devem ser tratadas conjuntamente com os estados-membros, e devem ser utilizadas linguagens simples que modo a que seja perceptível para todos.

2. *Participação*: “A qualidade, a pertinência, e a eficácia das políticas da União Europeia dependem de uma ampla participação através de todas as cadeias políticas, desde a conceção até à execução”

3. *Responsabilização*: Todas as instituições europeias devem responder pelos seus atos; E os outros envolvidos nas políticas europeias, como estados-membros, também devem responder pelos seus atos e decisões.

4. *Eficácia*: As políticas seguidas devem ser eficazes e oportunas, respondendo as necessidades com base nos objetivos e pressupostos definidos.

5. *Coerência*: As políticas seguidas devem ser coerentes e compreensíveis por todos os stakeholders.

Segundo Ocampo (2015), As nações unidas estão acima de qualquer estrutura de governança global, devido ao facto de serem universais e por serem a única organização que trabalha com três dimensões de cooperação global. A cooperação global tem três objetivos pertinentes para o desenvolvimento das nossas sociedades, regular a interdependência, promover o desenvolvimento das sociedades e superar as assimetrias do sistema económico geral (Ocampo, 2015). A governança prevê formalmente a participação dos indivíduos nos processos de decisão, mas na prática não é assim que funciona, uma vez que os indivíduos nos processos de decisão, continuam a ser postos de parte, e isto foi bem visível quando o presidente da comissão europeia Romano Prodi, no início dos anos 2000 propôs uma reforma da governança na comissão europeia, apesar desta proposta pretender estabelecer a clara divisão de trabalho entre as instituições europeias e a participação dos cidadãos nos processos de decisão, continuou

a se verificar que a participação dos cidadãos se manteve sempre em segundo plano, tanto nas discussões, como na publicação do texto final (Moro, 2001). Como meio de corroborar a ideia de cidadania ativa em governança, na necessidade de os organismos públicos reconhecerem o papel dos cidadãos, tanto por acordos formais, como por acordos informais, os cidadãos devem intervir pelo menos em uma das fases do ciclo das políticas públicas, e estas fases são, agenda, planejamento, decisão, implementação e avaliação, e por fim, a intervenção dos cidadãos nas decisões devem ser simultaneamente autónomas e em cooperação com os outros atores (Moro, 2001).

1.7.1. Governança e Globalização

Gonçalves (2005) diz-nos que a globalização é um fenómeno abrangente e com impactos em várias áreas, que veio para alterar o funcionamento das sociedades e o papel do estado nacional; Isto é, não veio acabar com o papel do estado, mas para reformular ou alterar, há esta necessidade, porque com a globalização há uma maior preocupação com o conceito global. Os problemas globais são diversos e graves, e estes problemas podem ser, instabilidades financeiras, falências, escassez de recursos, problemas inerentes aos fluxos migratórios, proliferação das armas de destruição, terrorismo e outros problemas diversos, para que estes problemas sejam resolvidos, é necessário a cooperação entre os países no seio das instituições internacionais, uma vez que esta possibilita que os estados alcancem fins globais como, paz, segurança, ordem, justiça, desenvolvimento económico, social, político e ambiental (Covas, 2007). A globalização é um conceito multidimensional que tem a capacidade de alterar a organização da atividade humana em que o poder local e nacional passa para um poder global, e deste modo passa a haver uma maior interligação na esfera global, ou seja, há uma diminuição do poder soberano nacional, com a emergência de organizações supranacionais, com o crescente papel das organizações não-governamentais e de empresas multidimensionais (Pierik, 2003, citado em Gonçalves, 2005). A globalização como um fator negativo, visto que com ela os estados-nações têm-se tornado cada vez mais fracos (Ocampo, 2015). Há a necessidade de repensar e ajustar a governança na nossa sociedade, devido ao facto de não conseguir responder aos problemas que têm

emergido, visto que tem-se verificado resultados insatisfatórios na área social, devido a distribuição desigual dos benefícios da globalização, tal facto é verificável tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento, e na área económica e financeira, devidos as situações de instabilidade financeira e de défices que dão origem a sucessivas crises financeiras nacionais e internacionais (Ocampo, 2015). Alcindo Gonçalves (2005) diz que para Rosenau a governança é um conceito mais abrangente que governo, uma vez que abrange também as instituições governamentais, bem como as não-governamentais, e portanto deve ser estudado com um conceito global, devido ao facto de dizer respeito a todos. O cosmopolitismo deve fazer parte da nossa sociedade, uma vez que os problemas são transfronteiriços, e portanto globais, por isso temos que ser cidadãos do mundo, não apenas cidadãos de uma só comunidade (Covas, 2007).

1.8. Dados Gerais sobre Angola

Tabela 1: Dados Gerais Sobre Angola

Localização	Angola situa-se na costa ocidental de África, fazendo fronteira com a República Democrática do Congo, Zâmbia e a Namíbia ⁶
População e Língua⁷	Os resultados do censo de 2014, revelaram que até Julho de 2017 Angola teria 25.8 milhões de habitantes. A língua oficial é o português, mas são falados diversos dialetos: umbundu, kikongo, Kimbundu, chokwe, nhaneca, nganguela, fiote, kwanyama, muhumbi, luvale
Área e território	1 246 700 Km ² (AICEP, 2016)
Órgãos de Soberania	Presidente da República, Assembleia Nacional e os Tribunais (art.º 105, nº 1 da Constituição da República de Angola)

⁶ CIA,

<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ao.html>

⁷Central Intelligence Agency,

<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ao.html>

Atual Presidente e Vice-presidente (sistema presidencialista)	Presidente- João Lourenço desde 26 de Setembro de 2017 Vice-presidente-Bornito de Sousa
Capital	Luanda
Organizações Internacionais que pertence⁸	Banco Africano de Desenvolvimento (1980); União Africana (1975); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (membro fundador 1996); Comunidade Económica dos Países da África Central; Fundo Monetário Internacional (1989); Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral; Mercado Comum da África Oriental e Austral; Comissão do Golfo da Guiné (sede em Luanda); Nova Parceria para o Desenvolvimento de África; Banco Mundial (1989); Organização Mundial do Comércio (1996)

Construído pelo próprio

1.9. Dados Gerais Sobre Portugal

Tabela 2: Dados Gerais Sobre Portugal

Localização	Portugal situa-se na costa oeste da Europa, na Península Ibérica, fazendo fronteira a norte e a leste com a Espanha, a ocidente e a sul do oceano atlântico ⁹
Área e território	Área-92 090 km ² O território de Portugal abrange as regiões autónomas dos Açores e da Madeira (art. 5º, nº1 da Constituição da República Portuguesa)
Órgãos de Soberania	Presidente da República, Assembleia da República, Governo e os Tribunais ¹⁰
Atual Presidente e	Presidente- Marcelo Rebelo de Sousa

⁸ Embaixada de Angola,

<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>

⁹ Central Intelligence Agency,

<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/po.html>

¹⁰ Art. 110º, nº1 da Constituição da República Portuguesa

Primeiro-ministro (sistema semipresidencialista)	Primeiro-ministro-António Costa
Capital	Lisboa
Organizações Internacionais que pertence¹¹	União Europeia (1986); Organização do Tratado do Atlântico Norte (fundador 1949); Fundo Monetário Internacional (1960); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (fundador 1961); Organização dos Estados Ibero-americanos; União Latina; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (fundador 1996); Organização Mundial do Comércio
População e Língua	População-cerca de 10,3 milhões de habitantes (estimativa de 2014) Língua oficial é o português, e temos ainda o Mirandês

Construído pelo próprio

Conclusão

O estudo do estado e da administração é extremamente fulcral para o entendimento do funcionamento das instituições atuais. Ao longo deste primeiro capítulo constatou-se que a medida que a sociedade evolui, os modelos de administração vão se ajustando a esta evolução, há a necessidade de acompanhar proporcionalmente esta evolução, para que as instituições funcionem da forma mais correta possível. Em suma, com este primeiro capítulo foi possível constatar que cada modelo tem a sua relevância no entendimento entre as instituições os cidadãos.

¹¹ Embaixada de Angola,

<http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>

Capítulo 2: MNE e MIREX em articulação com os demais organismos de política Comercial

Introdução

No segundo capítulo irei analisar o Ministério dos negócios Estrangeiros de Portugal e o Ministério das Relações Exteriores de Angola, e seus impactos na prossecução da política comercial de ambos os países. Verificaremos ao longo deste capítulo que estes organismos de política externa cooperam com outros organismos para a consolidação da política comercial, e portanto é impreterível a análise do funcionamento destes organismos, de modo a que possamos perceber minuciosamente certas atitudes e comportamentos adotados por cada governo relativamente à construção de fundamentos e medidas de natureza comercial. Importa salientar que há a larga cooperação entre os organismos de política comercial de ambos os países, o que certamente contribui para facilitar as suas relações, e devido ao facto de serem parceiros históricos, Angola e Portugal se focaram na criação de instituições conjuntas, com o objetivo de obterem vantagens nos seus negócios. Ao longo deste capítulo efetuou-se ainda a análise do empenho de cada governo a prossecução da política comercial, mais concretamente na desburocratização dos processos e princípios definidos. Eventos como a Feira Internacionais de Luanda (FILDA), servem para demonstrar que Angola e Portugal estão constantemente a participar em eventos para o fortalecimento dos seus negócios.

2.1. MNE e MIREX e a Política Comercial

O Ministério dos Negócios Estrangeiros que abreviadamente designa-se por MNE, é um organismo governamental que tem a função de formular, coordenar e executar a política externa de Portugal, em Angola o organismo incumbido de executar esta política, tem a designação de Ministério das Relações exteriores ou MIREX¹².

¹² Art.5º., nº1, da lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diário da República: 1ª Série, nº149 de 29 de Dezembro de 2011 e Art.1º, do estatuto orgânico do Ministério das Relações Exteriores de Angola. Disposto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5, de 15 de Outubro de 2012

O MNE executa as suas atribuições através da cooperação com organismos integrados na Administração direta ou indireta do Estado, ou através de órgãos consultivos (art. 3.º da lei orgânica do Ministério dos Negócios, de 29 de Dezembro de 2011), interessa-nos analisar no interior da administração direta do estado a Direção-Geral de Política Externa por se tratar de uma área específica que tem a função de executar a política externa portuguesa no plano das relações bilaterais e multilaterais, e por garantir a cooperação entre os organismos e estruturas do MNE e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal ou AICEP (art. nº4 e 9º, da lei orgânica do Ministério dos Negócios estrangeiros, de 29 de Dezembro de 2011).

Em Angola, a Direção da Europa ou serviço executivo central do MIREX tem a competência de executar, analisar e acompanhar a política internacional, de relações diplomáticas, de cooperação bilateral em diversos domínios, entre os quais o económico, tecnocientífico, comercial, sociocultural, e demais áreas das relações internacionais, e assegura ainda a coordenação das atividades desenvolvidas por outros ministérios e entidades públicas nacionais nestes domínios (art. 14.º, al.a., do estatuto orgânico do Ministério das Relações Exteriores, de 15 de Outubro de 2012).

2.1.1. A AICEP e a política comercial

Em Portugal a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, teve a sua origem na Agência Portuguesa para o Investimento (API), entidade que tinha sido criada pelo Decreto-lei nº 225/2002 de 30 de Outubro, segundo este decreto, a API é uma entidade que surgiu devido a necessidade de reduzir o custos inerentes à atividade da Administração Pública, mais concretamente, a API procura efetuar a identificação dos aspetos que originam estes custos, arranjar possíveis soluções no sentido de erradicá-las, implementar procedimentos simples, promover a política de investimento, visto que visa atrair investimento estrangeiros ou nacionais, e estabelecer alianças entre as empresas nacionais e estrangeiras, de modo a que seja mais fácil o processo de internacionalização das empresas portuguesas.

O Decreto-lei nº 245/2007 de 25 de Junho aprovou o estatuto da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, entidade pública que veio substituir a Agência de Investimento de Portugal. A AICEP agora com dupla função, uma vez que para além de estar encarregue de promover a política de investimento, com a transferência de poderes ou competências do organismo denominado ICEP Portugal, I.P ou Instituto de Comércio Externo de Portugal legalizado pelo Decreto-lei nº 244/2007 de 25 de Junho, passou também a estar encarregue de promover a política inerente ao comércio externo, este decreto revela ainda que é transferida para a AICEP a totalidade das representações e delegações do anterior ICEP Portugal, IP, em Portugal ou no estrangeiro. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, foi criada com a natureza de entidade pública de natureza empresarial, vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócio competitivo (Decreto-lei nº 245/2007 de 25 de Junho).

De acordo com o Decreto-lei nº 86 A/2011, de 12 de Julho, a AICEP passou a fazer parte integrante da Presidência do Conselho de Ministros, passando assim a estar dependente do Primeiro-ministro, e posteriormente pelo despacho nº 15681/2011, de Novembro, ficou definido que a AICEP, passaria então a estar dependente do Ministro dos Negócios Estrangeiros em articulação com o Ministro da Economia e Emprego, e portanto fiscalizado por estas entidades.

O facto de a AICEP estar integrada no Ministério dos Negócios estrangeiros é um grande marco no desenvolvimento da política externa portuguesa, uma vez que a AICEP se trata de uma entidade preponderante no incremento da economia portuguesa. A passagem da AICEP para o MNE veio realçar que a cooperação institucional entre as entidades públicas deve ser reforçada, por se tratar de um caminho que certamente irá facilitar a prossecução e determinadas políticas, concomitantemente torna-se também necessário o estabelecimento de alianças entre as entidades públicas e as empresas ou entidades privadas¹³.

¹³ Jorge Oliveira (2017). Discurso do Secretário de estado da internacionalização na tomada de posse da nova administração da AICEP

A AICEP tem a sua sede no Porto, e os restantes serviços encontram-se disseminados por Lisboa, no estrangeiro os serviços desta entidade se encontram distribuídos sob forma de escritórios, centros de negócios e de representação, importa salientar que é na Europa onde há a maior concentração de entidades representativas da AICEP, há esta necessidade de disseminar pelo mundo as diversas formas de representação da AICEP, por se tratar de uma das vias que muito contribui para que os negócios internacionais de Portugal sejam efetuados com êxito. A AICEP coopera veementemente com os órgãos e serviços do estado representativos de Portugal no estrangeiro, como é o caso da rede diplomática e consular (AICEP, 2011).

A AICEP atua de modo a elevar o grau de notoriedade de Portugal através da internacionalização das empresas portuguesas e pela dinamização dos investimentos, procura diversificar os mercados de destinos dos produtos portuguesas, ampliar o leque das exportações portuguesas, garantir a atuação eficaz das empresas portuguesas no exterior, e para alcançar estes objetivos, a AICEP opta por apostar na elevação das empresas portuguesas, no acompanhamento personalizado das empresas, pela concessão de incentivos e instrumentos financeiros, e pela aposta na qualificação dos recursos humanos (AICEP, 2011).

O programa qualificar para exportar é um dos programas levados a cabo pela AICEP, programa este que visava reunir condições de modo a que as empresas nacionais possam competir internacionalmente, optando pela promoção das exportações em detrimento das importações (AICEP, 2011).

2.1.2. A política comercial de Angola em articulação com o MIREX

O MIREX coopera com os diversos ministérios, e no âmbito da política comercial importa salientar o auxílio do Ministério do Comércio de Angola, na edificação e consolidação desta política. A política comercial de Angola tem o objetivo de promover o crescimento do comércio do país, incentivar a diversificação da produção de bens e serviços, de modo a dar respostas perante as exigências do mercado interno e promover o incremento das exportações em conformidade com o Plano

Nacional de Desenvolvimento ou PND de 2013/2017¹⁴. O PND 2013/2017 tem o objetivo de promover a estabilidade, o crescimento e a criação de emprego, mas para que estes objetivos sejam alcançados, é necessário apostar no comércio e no desenvolvimento destes elementos, uma vez que visam melhorar as condições de vida das populações através da aposta na produção agrícola nacional e consequentemente no abastecimento em quantidade e qualidade de bens de consumo. A aposta no desenvolvimento do comércio, na produção agropecuária e na industrialização, contribuem para reduzir os desequilíbrios nas trocas comerciais feitas tanto internamente como externamente, contribuem ainda para gerar empregos e para a criação de riqueza das populações. Em termos socioeconómicos, o país tem progredido, o setor comercial tem melhorado o seu desempenho, a atividade comercial em Angola tem sido sustentada pelas importações, isto é, trata-se de um país muito dependente do abastecimento exterior, o seu contexto de distribuição interna é reconhecida pelas suas características de oligopólios, negativas para o consumidor, tanto em quantidades comercializadas, como em preços praticados¹⁵.

Ainda no âmbito do PND 2013/2017, a política comercial visa a criação de armazéns de pequeno, médio ou grande porte para o abastecimento de produtos, apostar na criação de centros comerciais, supermercados, minimercados, lojas, redes de talhos e peixarias nas áreas urbanas e rurais, apostar na reconversão progressiva do sector informal, na implementação de normas, técnicas e legislação adequada que permitam proteger os consumidores no que se refere à saúde, higiene, segurança, bem como a proteção do meio ambiente (Decreto Presidencial nº 105/2014 de Maio).

2.1.3. Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola

A Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA), é uma associação empresarial privada bilateral que tem como objetivo conceder às empresas associadas as informações e conhecimentos sobre Angola e Portugal, de modo a que estas empresas

¹⁴ Decreto Presidencial nº 105/2014 de Maio

¹⁵ Decreto Presidencial nº 105/2014 de Maio

se sintam mais seguras no processo de internacionalização em qualquer um dos mercados de forma bilateral, a CCIPA procura ainda auxiliar os agentes económicos, de modo a que sejam acolhidos pelas instituições públicas e privadas dos dois países. (CCIPA, 2016/2017). Mais concretamente, a CCIPA concentra os seus esforços para criar novas relações, fortalecer os laços institucionais existentes, garantir a sua presença em ambos os mercados, desenvolver a capacidade de as empresas se adaptarem aos novos desafios, e garantir que as parcerias ou negócios entre ambos sejam saudáveis e desempenhados com êxito¹⁶.

A CCIPA participa em vários eventos que visam garantir o sucesso das relações entre Angola e Portugal, a nível nacional e internacional, e portanto importa salientar a sua presença na conferência *40 anos de independência de Angola- Construir um futuro sustentável*, que teve lugar em Lisboa, em 29 de Fevereiro de 2016, onde colaborou com a Representação Comercial de Angola em Portugal, com a Embaixada de Angola em Portugal, com a AICEP Portugal Global e com o Ministério do Comércio de Angola; Esta conferência contou também com a intervenção do Ministro da Economia de Portugal, de representantes da APIEX, da Comissão de Mercado de Capitais de Angola, Banco Mundial, de vários associados da CCIPA, entre outras entidades (CCIPA, 2016/2017).

Os Pressupostos fundamentais da política comercial visam (Decreto Presidencial nº 105/2014 de Maio):

- 1-Facilidade e fluidez das trocas comerciais
- 2-Disponibilidade de bens, produtos e serviços aos consumidores
- 3-O alcance da segurança alimentar e nutricional
- 4-A estabilidade dos preços
- 5-A erradicação da fome e da pobreza

¹⁶ Câmara do Comércio e Indústria Portugal Angola, Ficha técnica Anuário Angola 2016/2017. 18ª Edição. A CCIPA foi constituída em Julho de 1987 por 345 empresas portuguesas e angolanas, e se trata de uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, com sede em Lisboa, a delegação da CCIPA em Luanda abriu em 1991, atualmente a CCIPA tem 3 delegações em Angola, em Luanda, Benguela e Lubango.

6-O desenvolvimento económico e humano sustentável

7-O aumento e maior distribuição dos rendimentos

8-A redução da dependência económica externa

9-A diversificação das exportações

10-A substituição gradual das exportações

11-A integração regional e participação no comércio internacional

A Agência Para a Promoção de Investimento e Exportação de Angola (APIEX) instituída pelo Decreto Presidencial nº 184/5, de 30 de Setembro de 2015, trata-se de uma agência que veio impulsionar e promover a política de investimento e de exportação, enveredando pela via de desburocratização da política de investimento de modo que se consiga captar investimento privado. A APIEX considera que a exportação é fulcral no processo económico, por permitir o alcance de um dos seus grandes objetivos que passa pela internacionalização das empresas angolanas, isto é, através da exportação, as empresas angolanas inserir-se-ão mais facilmente no mercado internacional. A APIEX é tutelada pelo Ministério do Comércio e funciona como um elemento que serve para articular ou aproximar o Estado angolano, as empresas angolanas e o mercado internacional¹⁷. O principal foco da Comunidade das Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola ou CEEIA, é precisamente melhorar a produção e reduzir as dificuldades que as empresas têm na prossecução da atividade exportadora¹⁸.

O governo angolano definiu um conjunto de pressupostos que devem ser seguidos para que a política de investimento seja prosseguida com êxito, a aposta na produção nacional e a diminuição gradual das importações, diversificação das exportações não petrolíferas, e a criação de uma base económica e empresarial

¹⁷ Agência Para a Promoção de Investimento e Exportação de Angola
http://apiexangola.co.ao/?page_id=787

¹⁸ Discurso de Agostinho Kapaia, *Angop*
http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/economia/2017/3/17/Angola- Empresas-exportadoras-priorizam-credibilizacao-dos-produtos-mercado-internacional,97368513-3a69-4640-b9a5-2ea55c23e38a.html?version=mobile

controlada pelos angolanos¹⁹. Verificou-se que nos últimos 5 anos, o investimento direto português em Angola diminuiu a uma média anual de 25,6%, enquanto que o investimento direto de Angola em Portugal evoluiu positivamente a uma média anual de 160,3% (AICEP, 2016). De acordo com o centro de negócios da AICEP em Luanda, existem atualmente em Angola cerca de 440 empresas portuguesas no mercado (AICEP 2016).

As principais Áreas de investimento português em Angola tem sido a construção civil, atividades financeiras, e o comércio a grosso e a retalho, relativamente ao investimento angolano em Portugal, a banca, telecomunicações, setor energético, petrolífero, construção civil, engenharia, arquitetura, saúde, ambiente, agroindústria e turismo, têm sido os setores que Angola tem procurado expandir e consolidar em Portugal (AICEP, 2016).

2.2. Análise da cooperação entre Angola e Portugal

Gonçalves (2011), diz que a ligação entre portugueses e angolanos é muito antiga, ou seja, desde a época dos descobrimentos marítimos, em que ambos fizeram parte do mesmo reinado, e depois da mesma república até 11 de Novembro de 1975, data em que Angola se tornou independente.

Segundo Mingas (1992), as relações entre Angola e Portugal são excelentes e muito amistosa, há este grande entendimento devido aos longos anos de contactos entre os agentes económicos dos dois países, e devido ao facto de cada um dos países saber das dificuldades e realidades do outro. A cooperação com Portugal foi sempre fundamental no processo de reconstrução de Angola, apesar desta cooperação bilateral, é necessário que se desenvolva também uma cooperação trilateral entre Portugal, Angola e outros países (Mingas, 1992:45). Durante o período do pós-guerra, a agricultura era vista como um elemento fulcral no processo de reconstrução económica de Angola, e para que esta área fosse desenvolvida com êxito, era necessário a cooperação com Portugal, seja para a importação necessária para a atividade agrícola ou

¹⁹ Diário da República de Angola, I Série-N.º134 (30 de Setembro de 2015)

para a exportação de produtos como o café, sisal, banana e algodão (Mingas, 1992). A relação com Angola não é substituível, Portugal para além de esforçar-se para a defesa do seu espaço, deve também fornecer o seu auxílio no desenvolvimento de Angola²⁰. As relações bilaterais entre Angola e Portugal são muito ricas e muito densas²¹. Em 2015 Angola anunciou que viria suspender as limitações inerentes a importação de bens alimentares e de bebidas, esta foi uma boa notícia para Portugal, uma vez que as limitações de importação que tinham sido impostas pelo governo angolano, contribuíram para a redução de quase 200 milhões de euros em receitas, para as empresas portuguesas exportadoras destes produtos²².

Silva (2010) diz que a língua portuguesa é um meio que visa facilitar e promover o processo das relações internacionais entre os países da lusofonia ou países que falam a língua portuguesa, uma vez que a língua em comum contribui para a construção de laços de união e de aproximação cultural e económica. O bom conhecimento linguístico permitirá o incremento do intercâmbio comercial e científico entre os países lusófonos (Amorim, citado em Mourão, 1995:165). Os países lusófonos estavam cientes da hegemonia da língua inglesa no mundo e conseqüentemente as vantagens económicas que lhe estão inerentes, e portanto decidiram unir-se para tornar a língua portuguesa mais forte e capaz de enfrentar o grande fenómeno da globalização (Silva, 2010). A questão da ligação histórica também merece especial relevo quando abordamos sobre aspetos que contribuem para facilitar a cooperação entre os países, e na cooperação bilateral entre Angola e Portugal, esta regra não foi exceção (Ferreira, 1993, citado na Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola).

²⁰ Celso Filipe, *Jornal de Negócios*,

<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/paulo-portas-relacao-com-angola-nao-e-substituivel> (28/03/2017)

²¹ José Coelho, *Agência Lusa*,

<http://observador.pt/2017/03/17/relacao-com-angola-e-muito-rica-mas-tem-problemas-como-todas-as-relacoes/>

²² *Câmara do Comércio e Indústria de Portugal*

<http://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/592-angola-recua-na-limitacao-das-importacoes-de-produtos-alimentares>

Segundo Marchueta (2003), no universo dos países da CPLP, Angola é o país que mais tem despertado interesse por parte de Portugal, mais concretamente dos diplomatas, agentes políticos e económicos portugueses, devido as suas potencialidade económicas e estratégicas. Entre 1976 e 1989 a relação comercial tinha sido o motor do relacionamento bilateral entre Angola e Portugal (Ferreira, 1991:51). A CPLP é uma organização privilegiada pelos laços históricos, políticos, culturais e sociais (Ndiaye, 2006).

Ferreira (1991), diz que entre 1976 e 1989, os aspetos que prejudicavam o funcionamento da economia eram, o elevado esforço financeiro que a defesa exigia, a desarticulação entre a produção e comercialização, a quebra das relações entre o setor agrícola e industrial, e o facto de não haver diversificação da economia, uma vez que a exportação de petróleo representava 90% das receitas de exportação, isto significa que a economia angolana estava muito dependente do petróleo para se sustentar (Ferreira 1991:52). A atividade de importação nestes mesmos anos era fundamental, uma vez que assegurava o abastecimento de produtos diversificados, havia esta necessidade devido ao facto de o governo ter dificuldades em apostar na produção interna (Ferreira, 1991:56).

2.2.1. Feira Internacional de Luanda

Os eventos realizados entre as entidades ou instituições representativas de cada país é uma das vias que nos permitem analisar a cooperação entre Angola e Portugal, e portanto importa realçarmos que em 2010 a AICEP desenvolveu diversos eventos de cariz multissetorial, entre os quais a Feira Internacional de Luanda (FILDA), onde participaram 105 empresas portuguesas, que representavam mais de 20 setores de atividade (AICEP, 2011). Nos eventos da FILDA, tem-se verificado que Portugal é o principal expositor, embora terem emergido novos países neste palco. Apesar de o relacionamento entre as empresas portuguesas e Angolanas terem sido facilitadas pelas questões históricas, culturais, e pelo uso da mesma língua, não podemos deixar de reconhecer a capacidade que os outros países têm no âmbito dos negócios, como é o

caso da capacidade financeira, e a abertura de linhas de créditos que asseguram as exportações (Ferreira, 2010). Apercebendo-se que os outros países possuíam linhas de créditos superiores à portuguesa, Sócrates em visita à Angola, enquanto primeiro-ministro do XVIII Governo Constitucional, participou no evento da FILDA, e anunciou que viria implementar uma nova linha de crédito (Ferreira, 2010:51).

A Associação Empresarial de Portugal (AEP), com o apoio da Câmara de Comércio e Indústria de Portugal e Angola, e da AICEP Portugal, organizou a presença de empresas portuguesas na 33ª edição da FILDA que viria a se decorrer entre o dia 26 e 30 de Julho na baía de Luanda, e neste âmbito, ficou então definida 17 empresas de sectores de forte implantação no mercado angolano, ou seja, como é o caso da construção civil, engenharia, cerâmica e o ramo agroalimentar²³.

2.2.2. Acordos de cooperação comercial entre Angola e Portugal

Gouveia (1994), diz-nos que segundo o artigo nº1 «a fim de encorajar e facilitar o comércio entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, as duas partes contratantes concedem uma à outra o tratamento de nação mais favorecida em tudo o que diz respeito ao seu comércio externo», segundo o artigo nº2, as partes contratantes esforçar-se-ão para promover o comércio entre os dois países, o artigo nº3 diz-nos que as mercadorias transacionadas nos termos do presente acordo, não poderão ser reexportados para um terceiro país sem a autorização escrita da entidade responsável pela exportação, segundo o artigo nº4, «as transações comerciais realizadas no âmbito deste acordo efetuar-se-ão na base de contratos concluídos entre pessoas jurídicas angolanas, por um lado, e pessoas jurídicas portuguesas, por outro lado, umas e outras legalmente capacitadas para praticar atos de comércio externo», de acordo com o artigo nº5, os dois países irão empenhar-se na promoção da atividade comercial, através da

²³ Nuno Miguel, *Jornal Económico*,

[http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/aep-promove-empresas-portuguesas-em-luanda-187954\(20/07/2017\)](http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/aep-promove-empresas-portuguesas-em-luanda-187954(20/07/2017)). Segundo a Associação Empresarial de Portugal, a presença portuguesa na FILDA tem por objetivo reforçar as relações comerciais entre Angola e Portugal

realização de missões de representantes do comércio, a realização de feiras, eventos e exposições comerciais temporárias ou permanentes nos seus territórios, e assumirão o compromisso de que prestarão a assistência necessária de modo a que estas iniciativas sejam realizadas com êxito, o artigo nº6, as partes contratantes se comprometem em autorizar a importação de certos objetos com a isenção de impostos aduaneiros, taxas e outros encargos da mesma natureza, e estes objetos podem ser, mercadorias em regime de importação temporária, ou seja, aquelas que são destinadas para exposições ou feiras, equipamentos e outros produtos em regime de importação temporária, destinada para testes, experiências e pesquisas científicas, e amostras de mercadorias e material publicitário sem valor comercial com vista à promoção comercial, segundo o artigo nº7, «todos os pagamentos inerentes as trocas comerciais entre os dois países poderão ser efetuadas em qualquer divisa de livre convertibilidade, mutuamente acordada e em conformidade com a legislação, regulamentos e demais disposições sobre a moeda e câmbios em vigor em cada um dos Países», o artigo nº9 diz-nos que as partes contratantes comprometer-se-ão a facilitar o trânsito de mercadorias que um dos países está interessado, através dos seus respetivos territórios, prestando a devida atenção perante as leis e regulamentos relativos ao trânsito em vigor em cada país, e ainda segundo o artigo nº10, com o objetivo de facilitar as trocas comerciais, os dois Países se comprometerão em estar constantemente em comunicação e portanto em trocar informações estatísticas e não só, como também outras informações fundamentais na atividade.

Marchueta (2003) realça a relevância da celebração do acordo-geral de cooperação entre Angola e Portugal, assinado em 1978, visto que se trata de um acordo que resultou na assinatura de acordos de cooperação entre os dois Países nos diversos domínios, económico, financeiro, industrial, agrícola, energético, educacional, turístico, cultural, securitário, comercial, entre outros domínios.

2.3. O esforço empreendido por cada governo relativamente a prossecução da política comercial

Segundo Ferreira (1991:58), o governo importava de acordo com as necessidades e prioridades dos cidadãos, isto é, importava bens de consumo prioritários, como é o caso de produtos agroalimentares, de modo a que as necessidades primárias dos cidadãos fossem satisfeitas. O governo de modo a garantir o funcionamento de estruturas produtivas nacionais, se baseava na importação de metais comuns, máquinas, materiais de transportes, e de matérias-primas indispensáveis na atividade produtiva (Ferreira, 1991). Desde cedo as autoridades angolanas se esforçam para estimular o comércio, apostando na diversificação do leque de exportações, reduzindo as importações e alargando as relações económicas internacionais, mas também não podemos deixar de evidenciar que existem fatores que impediam o alcance destes objetivos, como é caso de a economia angolana ser muito dependente do setor petrolífero e da situação de guerra que país atravessou durante anos, situação esta que originou elevados gastos para a construção da defesa (Ferreira, 1991:61).

Nos últimos anos, as autoridades angolanas têm vindo a implementar novas medidas legislativas de modo a tornar cada vez mais simples e portanto menos burocráticos os procedimentos inerentes às trocas comerciais, uma das vias para a concretização deste objetivo tem sido precisamente a liberalização do processo de trocas comerciais tanto de bens, como de serviços, a promoção da iniciativa privada, em que o estado funciona apenas como um mero orientador ou regulador da atividade comercial externa, e a eliminação dos obstáculos existentes nas transações internacionais, mas devido a crise financeira e económica provocada pela quebra da cotação do petróleo no mercado internacional, na prática tem-se verificado precisamente ao contrário, uma vez que o governo tem recorrido a adoção de certos obstáculos de natureza pautal e não pautal (AICEP, 2016). Segundo as autoridades angolanas, a diversificação da economia é uma das vias que certamente irão contribuir para incentivar, fomentar e proteger a produção interna no curto prazo (AICEP, 2016).

Segundo a AICEP (2016), a partir de 1 de Março de 2014 passou a vigorar a nova pauta aduaneira dos direitos de importação e de exportação, em que a taxa máxima

de direitos aduaneiros de alguns produtos passou de 30% para 50%, como é o caso de bebidas, mais concretamente refrigerantes, água, cervejas de malte, café, cigarros, charutos, cigarrilhas, materiais de construção, legumes, hortícolas, e frutas com produção local. Para algumas mercadorias as taxas foram reduzidas, como a farinha de trigo para a indústria panificadora, extratos de malte para a indústria cervejeira, e equipamentos para vias férreas, com esses aumentos e reduções das taxas aduaneiras, o governo pretende fazer com que as importações consigam suprir o défice da produção e não substituir a produção nacional (AICEP, 2016).

No dia 5 de Fevereiro de 2015, a camara do comércio ouviu um conjunto de empresas portuguesas que estão a enfrentar problemas nas suas exportações para Angola, devido a falta de divisas no país e a aprovação da recente legislação relativamente a imposição de quotas a alguns grupos de bens importados²⁴.

O Conselho Nacional de Carregadores (CNC), é uma entidade pública tutelada pelo Ministério dos Transportes que tem a finalidade de coordenar e fiscalizar as operações comerciais, mais concretamente importação e exportação, e o transporte marítimo internacional; Através do CNC, o governo angolano procura tornar mais simples e eficazes estas áreas de atividades, de modo a que sejam desempenhadas com êxito²⁵

Relativamente à simplificação e modernização das formalidades administrativas na importação de mercadoria²⁶:

1. O governo implementou em Junho de 2012 o Sistema de Informação Integrado do Ministério do Comércio (SIMINCO), de base informática composta por 4 subsistemas, o Sistema Integrado do Comércio Externo (SICOEX), o Sistema Integrado de Licenciamento da Atividade Comercial (SILAC), relatórios estes que consistem em disponibilizar ferramentas de pesquisas, e a Administração de

²⁴ *Câmara do Comércio e Indústria de Portugal*

<http://www.ccip.pt/pt/menu-media/noticias//393-barreiras-as-exportacoes-para-angola-debatidas-na-camara-de-comercio>

²⁵ *Conselho Nacional de Carregadores,*

<https://www.cnc-angola.com/>

²⁶ AICEP, 2016

Sistema que é transversal, que consiste em desmaterializar todo o processo de licenças para o comércio interno e externo do país.

2. O Sistema de Aceitação Eletrónica do Documento Único (SAEDU) veio tornar mais célere o processo de desalfandegamento dos despachos aduaneiros, visto que contribuem para reduzir o tempo das respetivas etapas de desalfandegamento, bem como a liquidação das taxas e dos direitos aduaneiros. O Sistema Integrado Aduaneiro do Documento Único (SIADU) garante a comunicação segura entre a Administração Geral Tributária (AGT), importadores, despachantes e outros operadores, facultando a consulta de informações diversas, nomeadamente sobre o estado do despacho aduaneiro.
3. A inspeção pré-embarque de mercadorias deixou de ser obrigatória para facultativa desde 12 de Junho de 2013, pelo decreto presidencial nº64/2013 de 11 de Junho. Apesar de esta inspeção pré-embarque passar a se fazer de forma voluntária ou facultativa por lei, é necessário que tenhamos em atenção que quando os agentes económicos recorrem à ela, estarão diante de situações mais vantajosas. Através da inspeção pré-embarque é emitido o Atestado de verificação (ADV) ou CFR (Clean Report of Findingir), documento que serve de prova relativamente à saída de mercadorias e que atesta o respetivo controlo fiscal e documental, facilitando assim a disponibilização de capitais por parte da banca angolana.
4. A Inspeção pré-embarque transmite segurança e confiança nas transações, uma vez que consiste em realizar a análise física dos bens, garante que o importador e exportador concordem com as regras de mercado, garante a selagem dos contentores, reduzindo assim a probabilidade de as mercadorias serem alteradas. Os relatórios de inspeção e os registos fotográficos podem ser utilizados como prova de eventuais litígios entre as partes contratantes.

O Conselho Nacional de Carregadores implementou novas medidas no processo de emissão do certificado de embarque, de modo a que as falhas inerentes ao fluxo de mercadorias sejam erradicadas, e estas falhas são, a falta de informação

concreta e extensiva no certificado de embarque que tem impedido que sejam registados o *tipo*, a *quantidade* e o *valor* das mercadorias a importar, e a falta de controlo rigoroso perante ao fluxo de entrada de mercadorias; Mais concretamente, pretende-se com a implementação destas novas medidas no processo de emissão do certificado de embarque, a apresentação de uma fatura comercial, de um formulário que detalhe o *peso*, a *natureza*, a *quantidade* e os respetivos *códigos pautais*, para que haja um maior controlo no fluxo de mercadorias que entram e saem do país (Conselho Nacional de Carregadores, Sem data.).

Conclusão

Angola e Portugal depositam muita confiança nos seus organismos de cariz comercial para o tratamento das questões comerciais, estes organismos cooperam entre si, procuram estar constantemente em contacto, partilham informações e experiências, o que certamente contribui para facilitar a relação comercial estabelecida entre os dois Países. Estes organismos participam em vários eventos com objetivo de sedimentar os seus negócios, e apesar de certas medidas adotadas por cada governo não ter impactos positivos, a verdade é que o governo angolano e português muito fazem para garantir o sucesso nas suas relações.

Capítulo 3: Análise da Relação Comercial de Angola e Portugal

Introdução

Este terceiro capítulo está reservado para a análise cuidada da relação comercial entre Angola e Portugal, em que serão analisadas um conjunto de dados estatísticos fornecidos pelos organismos especializados nesta matéria, e a partir deles extrair as respetivas ilações. Iremos analisar Angola e Portugal enquanto cliente e fornecedor nas suas relações comerciais, quais os bens mais importados e exportados, analisaremos se esta relação comercial é mais benéfica para Angola ou para Portugal, quais os principais desafios do comércio Angolano e Português, não só iremos analisar a relação comercial entre ambos os países, como iremos também efetuar a análise do comércio internacional de cada país. Devido ao facto de a economia angolana estar muito dependente do petróleo, trona-se essencial estudarmos este recurso no sentido mais vasto, não nos esquecendo de mencionar as parcerias existentes entre a petrolífera angolana e a portuguesa. A crise angolana acarreta consigo um conjunto de questões, e por isso torna-se necessário que analisemos a sua origem, o seu contexto atual, e as medidas que o governo angolano pretende seguir para combatê-la.

3.1. Comércio de bens e serviços estabelecido entre Angola e Portugal

Angola é um parceiro comercial fundamental para Portugal, principalmente por se tratar de um dos principais destinos das suas exportações.

Tabela 3: Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com Angola

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/jul	2016 jan/jul	Var % 16/15 ^b
Exportações	3 783,0	4 384,8	4 706,0	4 745,0	3 546,9	-0,3	2 114,2	1 262,8	--40,3
Importações	1 301,4	1 925,4	2 750,4	1 798,0	1 341,4	7,7	879,2	457,1	--48,0
Saldo	2 481,6	2 459,4	1 955,6	2 947,0	2 205,5	--	1 235,0	805,6	--
Coef.	290,7%	227,7%	171,1%	263,9%	264,4%	--	240,5%	276,2%	--

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal, citado em AICEP (2016:14)

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga

2011 a 2014: resultados definitivos; 2015: resultados provisórios; 2016: resultados preliminares

Entre 2011 e 2015, registou-se um decréscimo médio anual de 0,3% nos valores de exportações de bens e serviços para Angola, e relativamente às importações, verificou-se uma subida, com a taxa de variação anual a atingir 7,7%. Nos primeiros 7 meses de 2016, o comércio de bens e serviços entre os dois países evoluiu de modo negativo, visto que as exportações diminuíram 40,3%, e as importações com uma quebra de 48,0%. O saldo da balança comercial de bens e serviços é favorável à Portugal, chegando nos 2205,5 milhões de euros em 2015, o coeficiente de cobertura das importações pelas exportações diminuiu sempre de 2011 para 2013, e entre 2014 e 2015 voltou a subir, chegando mesmo acima de 260%, e até Julho de 2016 chegou mesmo aos 276,2% (Tabela 3).

No comércio de serviços, as tarefas são estabelecidas pelo menos entre dois países (Lennon 2009, citado em Jorge Carvalho, 2011). Os serviços podem ser fornecidos aos mercados externos, pela via do comércio internacional, ou pelas vendas de uma filial externa (Lejour e Smith, 2008, citados em Jorge Carvalho, 2011). A partir de 2003 começou a se verificar em Angola o surgimento de vários estabelecimentos comerciais, mais concretamente na região de Luanda. Deu-se então o surgimento das cadeias de hipermercados, minimercados, e de lojas que comercializam acessórios, malas, vestuários oriundos de diferentes países, como Portugal, Brasil e Estados Unidos da América (Santos, 2017). A abertura dos primeiros centros comerciais em Angola, mais concretamente na capital, era uma forma de receber as marcas estrangeiras, principalmente as portuguesas, à semelhança do que se verificava nos centros comerciais antigos, podemos verificar que nos novos centros comerciais de Luanda também se comercializam as marcas de diferentes países, como é o caso das portuguesas *Seaside*, *Salsa* e *João Rôlo* (Tugaland 2015 e ESCOM 2014, citados em Santos, 2017). Portugal faz parte de um investimento luso-angolano de 50 milhões de dólares que tem como finalidade a construção do primeiro centro comercial de luxo em Angola, onde serão comercializadas marcas como a *Prada*, *Zegna*, *Gucci*, *Armani* e *Hugo Boss* (Tugaland 2015 e ESCOM 2014, citados em Santos, 2017).

Relativamente ao comércio internacional de serviço via subcontratação, temos as noções de *offshoring* e de *outsourcing*. Em que a primeira diz-nos que ocorre quando uma empresa transfere empregos para o estrangeiro, com a finalidade de desempenhar as atividades que eram desempenhadas no país de origem, mas com custos mais reduzidos, enquanto que a segunda ocorre quando uma empresa recorre à contratação externa ou fora da empresa para o desenvolvimento de uma atividade (Stack e Downing, 2005, citados em Carvalho 2011).

Tabela 4: Posição e Quota de Angola no Comércio Internacional Português de bens

Anos		2012	2013	2014	2015	2016	2017 jan/jul
Angola como cliente de Portugal	Posição	4	4	4	6	8	8
	% Export.	6,6	6,6	6,6	4,2	3,0	3,2
Angola como fornecedor de Portugal	Posição	6	6	7	9	12	36
	% Import.	3,2	4,6	2,7	1,9	1,3	0,3

Fonte: Adaptado do INE, citado na AICEP

Segundo a análise da tabela 4, em 2015 Angola era o 6º cliente de Portugal, e representava 4,2% das exportações portuguesas, e relativamente aos anos anteriores a 2015, mais concretamente o período que vai de 2011 à 2014, Angola era o 4º cliente de Portugal. Em 2015 Angola era 9º fornecedor de Portugal, tal como podemos verificar, desceu dois lugares face ao ano anterior, e relativamente aos países da CPLP, Angola é o 1º cliente e fornecedor de Portugal. Entre 2016 e Julho de 2017, Angola tornou-se no oitavo cliente de Portugal, passando a representar 3,2% das exportações portuguesas, e podemos ainda verificar que entre 2012 e Julho de 2017, Angola passou de 6º maior fornecedor de Portugal, para a 36º maior fornecedor de Portugal, passando a representar apenas 0,3% das importações portuguesas (Tabela 4).

Tabela 5: Posição e Quota de Portugal no Comércio Internacional de Bens de Angola

		2011	2012	2013	2014	2015
Portugal como cliente de Angola	Posição	9	7	6	10	8
	% Export. Angola	2,4	2,8	4,4	3,3	3,6
Portugal como fornecedor de Angola	Posição	1	1	1	1	2
	% Import. Angola	16,6	18,7	16,2	16,6	14,6

Fonte: Adaptado do Internacional Trade Centre, citado na AICEP

Em 2011, Portugal era o 9º cliente de Angola, chegando mesmo a representar cerca de 2,4% das exportações angolanas, entre 2012 e 2013, Portugal passou de 7º maior cliente para o 6º maior cliente, passando a representar cerca de 4,4 % das exportações angolanas, em 2014 verificou-se que Portugal passou de 6º maior cliente para o 10º maior cliente de Angola, e em 2015 Portugal tornou-se então no 8º maior cliente de Angola, passando a representar 3,6% das exportações angolanas (Tabela 5). Entre 2011 e 2014, Portugal foi sempre o maior fornecedor de bens para Angola, até que em 2015 se tornou no segundo maior fornecedor de Angola, chegando mesmo a representar 14,6% das importações angolanas, tendo sido ultrapassado pela China (Tabela 5).

Tabela 6: Balança Comercial de Bens de Portugal com Angola

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var% 15/11 ^a	2015 jan/jul	2016 jan/jul	Var% 16/15 ^b
Exportações	2330,1	2988,5	3112,7	3177,9	2099,6	0,1	1256,3	706,0	-43,8
Importações	1177,5	1780,9	2631,7	1605,8	1142,3	7,8	767,7	381,6	-50,3
Saldo	1152,6	1207,7	481,0	1572,2	957,3	--	488,6	324,4	--
Coef. De cobertura	197,9%	167,8%	118,3%	197,9%	183,8%	--	163,6%	185,0%	--

Fonte: Adaptado do INE, citado na AICEP (2016:16)

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

(b) Taxa de variação homóloga

2011 a 2014: resultados definitivos; 2015: resultados provisórios; 2016: resultados preliminares

A Balança comercial luso-angolana é desequilibrada e favorável à Portugal, em 2015 chegou mesmo a registar um saldo de 957,3 milhões de euros, o segundo valor mais baixo dos últimos 5 anos. Entre 2011 e 2014 exportações portuguesas com destino em Angola aumentaram sempre, passando de 2330 milhões de euros para cerca de 3177,9 milhões de euros em 2014, e este crescimento foi interrompido em 2015 com uma quebra significativa das vendas portuguesas (-33,9%), e importa ainda salientar que entre 2011 e 2015, as exportações portuguesas registou uma variação de 0,1% (tabela 6).

Tabela 7: Exportação de Portugal para Angola por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2011	% Tot 1	2014	% Tot 14	2015	% Tot 15	Var % 15/14
Máquinas e aparelhos	508,8	21,8	826,9	26,0	523,0	24,9	-36,8
Alimentares	422,2	18,1	507,3	16,0	316,4	15,1	-37,6
Agrícolas	183,2	7,9	251,8	7,9	219,5	10,5	-12,8
Metais comuns	301,2	12,9	373,2	11,7	209,7	10,0	-43,8
Químicos	165,9	7,1	227,4	7,2	180,7	8,6	-20,6
Plásticos e borracha	105,3	4,5	148,4	4,7	108,9	5,2	-26,7
Minerais e minérios	94,0	4,0	110,6	3,5	74,9	3,6	-32,3
Pastas celulósicas e papel	79,5	3,4	96,9	3,0	69,7	3,3	-28,1
Veículos e outros materiais de transporte	96,6	4,1	120,8	3,8	65,4	3,1	-45,9
Instrumentos de ótica e precisão	56,8	2,4	89,0	2,8	60,8	2,9	-31,7
Vestuário	33,2	1,4	54,9	1,7	43,4	1,6	-37,3
Matérias têxteis	29,6	1,3	42,5	1,3	24,7	1,2	-41,8
Calçado	13,1	0,6	27,5	0,9	23,7	1,1	-13,8
Madeira e cortiça	24,3	1,0	36,7	1,2	19,3	0,9	-47,6
Combustíveis minerais	53,4	2,3	23,9	0,8	17,9	0,9	-25,2
Peles e couros	5,3	0,2	11,9	0,4	7,6	0,4	-36,2
Outros produtos (a)	157,6	6,8	228,2	7,2	143,2	6,8	-37,2
Total	2330,1	100,0	3 177,9	100,0	2 099,6	100,0	-33,9

Fonte: Adaptado de INE, citado em AICEP (2016:16)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2014

A exportação de Portugal para Angola revela-se diversificada, uma vez que vários são os produtos oriundos de Portugal que tinham como destinatário Angola, e entre estes produtos, os mais importados por Angola são, máquinas e aparelhos, produtos alimentares, produtos agrícolas, metais comuns, e químicos, e em 2014 este leque de produtos representava 68,8% do total, e no ano seguinte 69,1% (Tabela 7). Em 2016 este grupo de máquinas e aparelho, produtos alimentares, produtos agrícolas,

metais comuns, e químicos representavam 70,3% do total, e em 2017 cerca de 71,1% (AICEP).

Relativamente às importações portuguesas feitas em Angola, verificou-se que em 2015 o grupo dos combustíveis minerais representava 98,8% do total das importações portuguesas feitas neste país (Tabela 8). E ainda durante o ano de 2015, verificou-se que apenas 1,1% das importações portuguesas diziam respeito a classe dos produtos industriais transformados, e dentro destes, 48,1% eram de baixa intensidade tecnológica e 20,9% de alta intensidade tecnológica (AICEP, 2016:18).

Tabela 8: Importação de Portugal proveniente de Angola por Grupos de Produtos

	2011	% Tot	2014	% Tot	2015	% Tot	Var %
	11	11	14	14	15	15	15/14
Combustíveis minerais	1 169,4	99,3	1 601,5	99,7	1 128,1	98,8	-29,6
Agrícolas	2,3	0,2	0,5	0,0	6,5	0,6	§
Máquinas e aparelhos	2,0	0,2	0,7	0,0	3,1	0,3	333,5
Instrumentos de ótica e precisão	1,1	0,1	0,7	0,0	2,2	0,2	197,3
Madeira e cortiça	0,8	0,1	0,6	0,0	0,8	0,1	40,6
Veículos e outro mat. transporte	0,9	0,1	0,8	0,0	0,7	0,1	-5,4
Alimentares	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	-19,9
Minerais e minérios	0,3	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	-8,4
Plásticos e borracha	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	206,4
Metais comuns	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	-78,1
Matérias têxteis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	412,6
Pastas celulósicas e papel	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,4
Químicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-87,0
Vestuário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-30,3
Peles e couros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,0
Calçado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-95,9
Outros produtos (a)	0,4	0,0	0,2	0,0	0,3	0,0	77,7
Total	1 177,5	100,0	1 605,8	100,0	1 142,3	100,0	-28,9

Fonte: INE, citado em AICEP (2016:17)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2014

Segundo dados do INE, citado na ficha da AICEP de 2016, nos últimos 5 anos verificou-se uma redução no número de empresas portuguesas exportadoras para

Angola, mais concretamente em 2011 havia 7893 empresas e em 2015 esse número foi reduzido para 7466 empresas.

Tabela 9: Importação de Portugal proveniente de Angola por Grupos de Produtos

Produtos	2016 jan/ago	%Tot 16	2017 jan/ago	%Tot 17	Var % 17/16
Combustíveis minerais	536,2	97,4	102,0	86,4	-81,0
Agrícolas	3,7	0,7	4,9	4,2	31,5
Máquinas e aparelhos	6,3	1,1	4,7	4,0	-25,6
Madeira e cortiça	1,3	0,2	3,8	3,2	203,2
Minerais e minérios	0,7	0,1	0,7	0,6	-1,0
Veículos e outro mat. transporte	1,4	0,3	0,6	0,5	-54,9
Instrumentos de ótica e precisão	0,3	0,1	0,5	0,4	46,1
Metais comuns	0,1	0,0	0,5	0,4	560,0
Plásticos e borracha	0,0	0,0	0,1	0,1	506,0
Alimentares	0,1	0,0	0,0	0,0	-78,3
Matérias têxteis	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,7
Pastas celulósicas e papel	0,1	0,0	0,0	0,0	-90,1
Químicos	0,0	0,0	0,0	0,0	-82,0
Peles e couros	0,0	0,0	0,0	0,0	§
Vestuário	0,0	0,0	0,0	0,0	74,5
Calçado			0,0	0,0	§
Outros produtos (a)	0,2	0,0	0,0	0,0	-73,7
Total	550,5	100,0	118,0	100	-78,6

Fonte: Adaptado do INE, citado na AICEP

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas

§ - Coeficiente de variação > = 1000% ou valor zero em 2016

Até Agosto de 2017, o grupo dos combustíveis mineiras representavam cerca de 86,4% das importações portuguesas feitas em Angola, em segundo lugar está a importação de produtos agrícolas, chegando a representar cerca de 4,2% das importações portuguesas feitas em Angola, estes valores traduzem aquilo que é a economia de Angola, ou seja, uma economia com pouca diversificação e com grande aposta no sector petrolífero (Tabela 9).

Tabela 10: Quota de Angola no Comércio Internacional Português de Serviços

		2012	2013	2014	2015	2016	2017 jan/jul
Angola como cliente de Portugal	% Export.	6,3	6,5	6,6	5,5	3,6	3,5
Angola como fornecedor de Portugal	% Import.	2,8	3,3	2,6	2,2	1,4	1,2

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal, citado em AICEP

Segundo o Banco de Portugal, citado na ficha da AICEP de 2016, no âmbito dos serviços Angola é mais importante enquanto cliente do que fornecedor de Portugal. A sua quota enquanto cliente de Portugal diminuiu de 6,3% em 2012 para 3,5% em Julho de 2017, e enquanto fornecedor a sua quota desceu de 2,8% em 2011 para 1,2% em Julho de 2017 (Tabela 10).

A balança bilateral de serviço é também favorável à Portugal, com saldos a aproximarem-se de 1,1 mil milhões de euros em 2015, valor este que regista menos 12% face ao ano anterior. As exportações portuguesas registaram um crescimento anual de 1,9% entre 2011 e 2015 (AICEP, 2016). Segundo o Centro de Negócios da AICEP em Luanda, citado na AICEP, 2016, existem cerca de 440 empresas portuguesas no mercado Angolano.

3.2. Comércio Internacional Angolano

A balança comercial angolana apresentava elevados saldos positivos, aumentando de forma continuada até 2008, atingiu-se a estes valores devido ao crescimento das exportações de petróleo, pelo crescimento das importações resultante da estabilidade do Kwanza, da disponibilidade de moeda estrangeira derivada das exportações, e do crescimento da economia, apesar de haver tanto crescimento das exportações, como das importações, importa frisar que as importações eram inferiores às exportações (AICEP, 2016). Em 2009 as exportações caíram 36,1% face a 2008, devido a descida acentuada do preço do petróleo e pela diminuição da sua produção, e durante este mesmo período as importações subiram no ordem dos 8%, entre 2010 e 2012 deu-se o aumento das exportações devido ao aumento do preço de petróleo a nível internacional, estas exportações chegaram a totalizar mais de 71 mil milhões de dólares

em 2012 (AICEP, 2016).

A China e os EUA são países muito importantes enquanto clientes de Angola, em 2015 ambos representavam 53,8% do total das exportações angolanas, e em 2014 representavam 57,4%. Angola é o maior fornecedor de petróleo da China, a seguir da Arábia Saudita, e o seu principal parceiro no continente africano, atualmente cerca de 47% das exportações de petróleo angolano, destina-se à China (AICEP, 2016:10 e 11). Portugal representou apenas 3,6% do total das exportações em 2015 ocupando a 6ª posição no ranking dos clientes (AICEP, 2016:11).

3.3. Comércio Internacional Português

Segundo o Banco de Portugal, citado na AICEP (2017:6), verificou-se que nos últimos 5 anos, as exportações e as importações portuguesas de bens e serviços registaram uma taxa de crescimento médio anual de 4,2% e 2,8%, respetivamente. Em 2016, as exportações de bens e serviços registaram um aumento de 2% relativamente ao ano de 2015, as importações cresceram 0,8%, registando uma taxa de cobertura de 105,1% (AICEP, 2017:6). Verificou-se que em 2016 as exportações de bens totalizaram 50 022 milhões de euros, o que correspondeu a um aumento nominal de 0,8% face à 2015, e as importações de bens por sua vez aumentaram 1,5% face ao ano anterior, tendo mesmo totalizando 61 243 milhões de euros (INE, 2017).

De acordo com o INE, em 2016, 69,9% das empresas portuguesas exportaram apenas para um mercado, tendo concentrado apenas 7,2% do valor exportado, e as empresas que pelo menos 50% das suas exportações eram direcionadas para um mercado, representavam 94,1% do total de empresas, tendo concentrado cerca de metade do valor exportado. Em 2016 os 10 principais clientes de Portugal eram, a Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Países Baixos, Itália, Angola, Bélgica e Marrocos, que conjuntamente representam 76,2% das exportações totais de Portugal, mas importa salientar que o mercado espanhol foi o que mais contribuiu para o crescimento das exportações de bens de Portugal, uma vez que é o principal cliente de Portugal (INE, 2017). As exportações para Espanha somaram cerca de 13,2 mil milhões de euros, tendo representado mais de 26% do total das exportações

portuguesas em 2016, o segundo maior cliente de Portugal em 2016 foi a França, esta que representa 12,6% do total das suas exportações, e terceiro foi a Alemanha, tendo representado 11,6% do total das exportações, fora da Europa os Estados Unidos foram os maiores clientes representando 4,9% do total das exportações, no seio dos PALOP, Angola é o maior cliente de Portugal, tendo representado no seio desta instituição 70,2% das exportações portuguesas, em seguida vem o Cabo-Verde com 12,1%, tendo ultrapassado Moçambique, este que representa agora 10%, a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e com uma quota irrisória aparece a Guiné Equatorial²⁷.

O crescimento das exportações não foi suficiente para cobrir o crescimento de 12% das importações que atingiu cerca de 61,1 mil milhões de euros, resultado que gerou saldo negativo da balança comercial portuguesa, cujo défice foi agravado (INE, citado na Câmara de Comércio e Indústria de Portugal, Sem data). Relativamente aos mercados de origens das importações portuguesas em 2016, a Espanha liderou representando 32,8% das importações portuguesas, sem seguida a Alemanha com 13,5%, a França com 7,8%, a Itália com 5,5%, fora das fronteiras na União Europeia temos a China com percentagens abaixo de 3%, e no quadro do comércio bilateral com os PALOP, Angola é o maior fornecedor com 85,7%, em seguida temos a Guiné Equatorial, Moçambique e Cabo-Verde (Câmara do Comércio e Indústria de Portugal, Sem data).

Bens mais importados por Portugal em 2016:²⁸

1. Minérios e metais (19,2%)
2. Químicos e borrachas (16,8%)
3. Máquinas e aparelhos (16,7%)
4. Produtos agroalimentares (15,8%)
5. Materiais de transporte, cujas compras aumentaram (15,2%)
6. Vestuário e calçado

²⁷ *Câmara do Comércio e Indústria de Portugal,*

<http://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/1098-comercio-internacional-portugues>

²⁸ *Câmara do Comércio e Indústria de Portugal,*

<http://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/1098-comercio-internacional-portugues>

Bens mais exportados por Portugal em 2016²⁹:

1. Minerais, minérios e produtos metalúrgicos (18,9% das exportações)
2. Venda de máquinas e aparelhos (15,4%)
3. Exportação de produtos agroalimentares (13,1%)
4. Químicos e borrachas (12,9%)
5. Materiais de transporte (11,3)
6. Peles, couros e têxteis (10,6%)
7. Madeira, cortiça e papel (8%)
8. Vestuário e calçado (4,0%)

3.4 O Petróleo angolano

Segundo Almeida (2011), com a independência, as empresas, terras, e os setores que sustentam a economia angolana, mais concretamente os sectores petrolíferos e diamantíferos, foram nacionalizados e portanto tutelados pelo MPLA. Este partido contava com a colaboração dos norte-americanos nas atividades de supervisão e acompanhamento do petróleo, apesar de em termos de ideologias políticas os norte americanos se revelarem simpatizantes dos partidos inimigos, uma vez que inicialmente apoiaram o FNLA, e posteriormente a UNITA. A Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) é uma das empresas embrionárias no desenvolvimento da atividade petrolífera em Angola, uma vez que operam neste país, mais concretamente na província de Cabinda desde 1954, quando a sua empresa mãe Gulf Oil Corporation obteve a primeira autorização para a exploração de hidrocarbonatos nesta mesma região³⁰. Várias são as empresas que estiveram envolvidas na atividade de exploração em Angola, como é o caso do grupo Belga FINA, a partir de 1952, empresa esta que atualmente foi incorporada pela francesa ELF/TOTAL, e da empresa norte-americana SINCLAIR, antes de 1952 (Almeida, 2011).

²⁹ *Câmara do Comércio e Indústria de Portugal,*

<http://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/1098-comercio-internacional-portugues>

³⁰ Em 1984 a CABGOC foi incorporada pelo consórcio Chevron-Texaco

Em 1955 ocorreu a primeira descoberta de petróleo feito de Petrofina, pelo grupo FINA, no vale do Kwanza, e com a parceria do governo colonial, a Petrofina criou a Fina Petróleos de Angola (Petrangol), e construiu a refinaria de Luanda para o processamento do crude, em 1962 fez-se o primeiro levantamento sísmico efetivo do *offshore* de Cabinda pela CABGOC, em Setembro deste mesmo ano surgiu a primeira descoberta, em 1968 deu-se início à atividade de exploração e exportação com destino aos EUA e à Portugal, em 1973 o petróleo tornou-se no principal elemento de exportação, e um ano depois, a produção chegou aos 172000 barris/dia, nos *offshores* de Cabinda e nos *Onshores* do Kwanza e do Congo. Nos finais dos anos 60 e início dos anos 70 toda distribuição de crude era proveniente de Cabinda, mas atualmente verifica-se que há um grande esforço do governo angolano em se dedicar na exploração de petróleo e gás, não apenas na região de Cabinda, como em outras regiões do País (Almeida, 2011).

Segundo Almeida (2011), Cabinda é uma região com instabilidades sociais, militares e económicas, e por se tratar de uma região de grande relevância para o País, o governo deve apostar na consolidação do seu processo de estabilidade. Esta região tornou-se na principal fonte de divisas do país quer através do petróleo, que representa cerca 90% das exportações nacionais e mais de 80% das receitas do estado, quer através da exploração e exportação de madeira obtidas na floresta do Maiombe. O ouro, diamante, fosfato e urânio são outras das riquezas de Cabinda (Almeida, 2011).

3.5. Sonangol e Galp

A Sonangol é acionista indireto da Galp, isto é, a Sonangol é acionista da Galp através da Esperanza, esta empresa é o acionista maioritário da Amorim Energia e se trata de uma empresa controlada pela própria Sonangol, a Amorim Energia por sua vez é que estabelece a ligação direta com a Galp, uma vez que é o acionista maioritário da Galp, com 33,34% (Manuel Ferreira Ennes, 2010). Os acordos estabelecidos entre a Galp e a Sonangol têm-se revelado mais vantajosos para a empresa portuguesa. Comparativamente com a Sonangol em termos de produção, a Galp oferece muito pouco, mas é verdade que estes acordos de partilha de produção estabelecidos entre a

Galp e a Sonangol, fornecem à petrolífera angolana um poderio invejável (Ferreira, 2010:66). A Galp assinou um acordo de participação com 10%, com a Sonangol e outras empresas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e exploração de gás natural em Angola, e eventualmente enveredará para um consórcio que consiste na construção de um terminal de liquefação de gás natural (Ferreira, 2010:35).

A Sonangol tem-se tornado numa classe empresarial privada extremamente ligada ao poder político, e o que irá acontecer é uma eventual passagem de ações da Sonangol para os empresários angolanos, e tal facto também se verificará nas empresas participadas em Portugal (Ferreira, 2010:43).

Atualmente a Galp tem 5 projetos sancionados em Angola, e estes projetos offshore já sancionados incluem o bloco 14 e o 14K, e no bloco 32 encontram-se projetos em fase de exploração ou desenvolvimento³¹.

Bloco 14

- Consórcio: Galp (9,0%), Cabinda Gulf Oil Company (Operador 31,0%), Eni (20,0%), Total (20,0%), Sonangol (20,0%)
- Tipo: Águas profundas
- Profundidade de água: 200-2.000 metros
- Área: 4.091 km²

O Bloco 14 tem 8 áreas de desenvolvimento, Kuito, Benguela-Belize-Lobito-Tomboco (BBLT), Tômbua-Lândana, Negage, Gabela, Malanje, Lucapa e Menongue, e os 3 primeiros correspondem aos campos atualmente em produção. Em 2016 o consórcio que tinha por objetivo reduzir os custos, decidiu cessar as suas atividades de perfuração³².

³¹ Galp,

<http://www.galpenergia.com/PT/agalpennergia/os-nossos-negocios/Presenca-no-Mundo/Angola/Paginas/Exploracao-desenvolvimento-Angola.aspx>

³² Galp,

<http://www.galpenergia.com/PT/agalpennergia/os-nossos-negocios/Presenca-no-Mundo/Angola/Paginas/Exploracao-desenvolvimento-Angola.aspx>

Bloco 32

- Consórcio: Galp (5.0%), Total (Operador 30,0%), Sonangol Sinopec Internacional (20,0%), Sonangol (30,0%) e Exxon (15,0%)
- Tipo: Águas ultraprofundas
- Profundidade de água: 1.400-2.000 metros
- Área: 5.090 km²

Foram realizadas 11 descobertas no bloco 32, desde a sua concessão, se trata de um bloco constituído por dois grandes projetos e fases distintas, Kaombo e a Central North East (CNE). O primeiro se trata de um projeto de águas ultraprofundas com duas áreas, o Kaombo Norte e o Kaombo Sul, e o segundo se trata de um projeto em fase de exploração, onde já foram efetuadas 4 descobertas, e em 2016 a concessionária aceitou o pedido de extensão do período de exploração e supervisionamento da área do CNE no bloco 32 até 2017³³.

O projeto Kaombo é um projeto de grande perspectiva de futuro, pelo facto de se desenvolver numa área ultraprofunda e portanto com inúmeros acidentes geológicos e estruturas de sal, este projeto irá desenvolver 6 das 12 descobertas que já foram realizadas no bloco 32. Mais concretamente, o Kaombo Norte irá desenvolver 3 das 6 descobertas: *Gengibre*, *Gindungo* e *Caril*, e prevê que a fase de produção se iniciará em 2017, o Kaombo Sul por sua vez irá desenvolver os campos Canela, Mostarda e Louro, e prevê o início do seu processo de produção em 2017³⁴.

³³ Galp

<http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/os-nossos-negocios/Presenca-no-Mundo/Angola/Paginas/Exploracao-desenvolvimento-Angola.aspx>

³⁴ Total,

<http://www.total.co.ao/pt-an/total-em-angola/projectos-para-produzir-melhor-energia-em-angola/kaombo-energia-do-futuro>

Estima-se que o projeto Kaombo tem uma capacidade de produção de 230.00 barris por dia

Bloco 14k

- Consórcio: Galp (4,5%), Chevron Overseas Congo LTD (Operador, 15,75%), Cabinda Gulf Oil Company (15,5%), Sonangol (10,0%), SNPC (7,5%), Total Angola (10,0%), Total Congo (26,75%) e Eni (10,0%)
- Tipo: Águas profundas
- Profundidade de água: 500-1.000 metros
- Área: 700 km²
- O bloco 14k-A-IMI situa-se na fronteira entre Angola e a República do Congo, encontra-se em produção neste bloco o campo de Lianzi, desde 2015.

A Galp continua a desenvolver a atividade de distribuição de produtos petrolíferos em Angola, e esta atividade de distribuição é levada a cabo por duas empresas de distribuição, a Petrangol Angola Lda., entidade que é detida a 100% pela Galp e que assegura a gestão das participadas, e a Sonangal Lda., esta que é detida em 49% pela Galp e em 51% pela Sonangol. A Galp desenvolve projetos de exploração e produção (E&P) em todos os continentes, no continente Africano à semelhança de Angola, importa salientar que a Galp também desenvolve projetos de exploração e de produção (E&P) em Moçambique, Namíbia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Suazilândia, e na Argélia, no continente Asiático importa referir o Timor-Leste, no continente americano o Brasil, onde são desenvolvidos mais de 20 projetos, e no Europeu importa realçar as atividades desenvolvidas no seio da Península Ibérica, mais concretamente em Portugal e Espanha³⁵.

A atividade de comercialização de produtos petrolíferos a clientes diretos, é feita maioritariamente na Península Ibérica, mas também em alguns mercados africanos, como o angolano, moçambicano, de Cabo Verde, Guiné-Bissau, e da Suazilândia, para além destas vendas diretas, a Galp recorre também a comercialização de produtos petrolíferos através das suas redes de estações de serviço³⁶. A Galp recorre aos

³⁵ Galp,

<http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/os-nossos-negocios/Presenca-no-mundo/Paginas/Presenca-no-Mundo.aspx>

³⁶ Galp,

<http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/os-nossos-negocios/Paginas/Home.aspx>

mercados internacionais de exportação para escoar a produção das suas refinarias, privilegiando sempre os mercados mais próximo das suas refinarias, uma vez que procura priorizar o abastecimento nestes mercados mais próximos (Galp, Sem data).

3.6. Crise em Angola

Segundo a Câmara de Comércio e Indústria de Portugal (Sem data), verificou-se a descida do preço do petróleo em Angola a partir de Julho de 2014, quando a OPEP em Novembro do mesmo ano decidiu manter inalteradas as quotas de produção petrolíferas, situação que originou a queda do preço do petróleo no mercado internacional, na ordem dos 50%, em que o petróleo passou a ser negociado abaixo de 50 dólares nos primeiros meses de 2015, se por um lado isto era de certa forma positivo para os importadores, uma vez passariam a comprar mais barato, do outro era extremamente prejudicial e portanto desvantajoso para os exportadores, uma vez que passando a vender mais barato o barril de petróleo, as receitas diminuem. Esta quebra da cotação internacional do crude foi sentida pela generalidade das economias exportadoras, mas trouxe consequências mais graves para as economias menos diversificadas e portanto dependentes deste setor petrolífero, como é o caso concreto de Angola, onde esta quebra levou a uma forte redução das receitas do estado que se encontravam estimadas em 2015, na ordem dos 71 mil milhões de dólares, isto se cada barril fosse vendido a 81 dólares, mas com a quebra da cotação, cada barril passou a ser vendido a 48 dólares, valor este que causou um verdadeiro buraco orçamental que levou a que o Estado recorresse a cortes, e a medidas que visavam reduzir as despesas (Câmara de Comércio e Indústria de Portugal, Sem Data). Portugal enquanto principal fornecedor de bens e serviços à Angola, viu-se prejudicado com a implementação destas novas medidas angolanas que visavam melhorar a situação económica, uma vez que estas novas medidas originaram uma queda de 30% das exportações nos primeiros 11 meses de 2015 comparativamente ao período análogo de 2014 (Neves 2016, citado em Santos). Angola recorreu a políticas de austeridade nos domínios fiscais e monetários, e

em 2015 o executivo angolano chegou mesmo a efetuar orçamento rectificativo que implicou cortes nas despesas do País.

Conclusão

O estudo do estado e da administração é fundamental para que possamos compreender a estrutura e o funcionamento das instituições no contexto atual. Ao estudarmos o Estado e a Administração Pública, verificou-se que a medida que a sociedade avançava, houve sempre a necessidade de fazer com que os modelos de administração acompanhassem este avanço, isto é, de modo a que conseguissem se adaptar perante as novas realidades.

Os sistemas administrativos atuais, continuam a albergar princípios que se verificavam nas estruturas das instituições mais antigas, constatou-se que estas instituições continuam a privilegiar os princípios defendidos pelos modelos de administração, como por exemplo, certos princípios defendidos pela teoria burocrática continuam a estar presentes no funcionamento das instituições mais atuais. As atuações dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Angola e de Portugal encontram-se previstas na lei.

Foi com a aprovação da lei que garantia que a AICEP passaria a ser tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiro de Portugal, que este organismo de política externa passou a interferir veementemente e a prestar mais atenção em relação à prossecução da política comercial portuguesa, e isto se trata de uma questão muito positiva, uma vez que quanto mais haver organismos a cooperarem, maior será a probabilidade de os objetivos serem alcançados com êxito. Esta cooperação garantirá a partilha de informação, e de conhecimentos entre os organismos.

Angola e Portugal cooperam desde o tempo em que Angola era colónia portuguesa, uma vez que durante este período, Portugal se focava muito em intervir em Angola, não apenas para garantir a prossecução da política comercial, como a prossecução de outras políticas. Angola era fonte matéria-prima, os recursos minerais e outras riquezas contribuía para melhorar os saldos da balança de Portugal, de salientar que durante o tempo colonial, Portugal era muito dependente do abastecimento das suas

colónias, e Angola era vista com bons olhos, por ser grande fonte de riqueza. Após o período independentista, ou seja, o período que Portugal entregou as suas colónias africanas, verificou-se que o sistema económico e financeiro de Portugal sofreu abalos. Após o período de independência, Angola e Portugal estabeleceram vários acordos de forma a garantir a larga cooperação nos vários setores, entre os quais o do comércio. Angola e Portugal não podem prescindir das suas relações bilaterais, uma vez que conhecem-se muito bem, partilham a mesma língua e a mesma história, é necessário que estas questões sejam realçadas, pois contribuem para facilitar o entendimento de ambos os países nas suas negociações.

O terceiro capítulo ajuda-nos a verificar que tanto Angola como Portugal ainda têm muito a desenvolver no âmbito comercial, mais Angola do que Portugal, apesar de Angola ter mais recursos do que Portugal, a verdade é quem Portugal tem retirado mais vantagens comparativas. A economia angolana está em recessão devido ao facto de estar muito dependente do petróleo, ou seja, devido a falta de diversificação da economia e de divisas, mais concretamente o dólar.

Os investidores internacionais sentem-se cada vez mais inseguros para investir em Angola, por se tratar de um mercado com risco significativo no que respeita ao retorno do investimento; Por isso muitos investidores estrangeiros consideram que o mercado angolano não é um bom local para investir, mas apesar disto, importa salientar que há ainda investidores que acreditam no potencial de Angola, o facto de haver empresas portuguesas a estarem constantemente a procurarem estabelecer negócios com Angola através da Representação Comercial de Angola em Portugal, serve para ilustrar bem este facto.

Nos últimos anos a Balança Comercial luso-angolana tem-se revelado desequilibrada e favorável a Portugal. Angola é mais importante como Cliente do que fornecedor de Portugal, uma vez que muitos são os produtos que Angola importa no mercado português, e há esta dependência de Angola face aos produtos portugueses, devido ao facto de o governo angolano não apostar na transformação das suas matérias-primas responsáveis pela criação destes produtos.

Segundo aos dados estatísticos podemos constatar que o petróleo representa mais de 90% das exportações angolanas, e com a implementação dos preços definidos pela OPEP, este País tem sofrido muito com a fixação de preços, uma vez que a OPEP com a implementação das suas políticas, baixou o preço do barril de petróleo no mercado internacional.

O governo Angolano tem-se demonstrado disponível para erradicar estes problemas que tem atravessado, mas a verdade é que isto apenas tem surtido efeito em termos de aprovação legislativa, porque em termos de aplicação prática pouco tem sido feito, e este pouco que é feito, muita das vezes não tem os resultados esperados. Este trabalho ajudou-nos a perceber que para que Angola consiga resolver seus problemas tem que inicialmente garantir que os planos definidos por lei sejam realmente postos em práticas, as instituições devem procurar ser mais céleres, eficazes e justas, a aposta na educação ou formação deve ser reforçada, de modo a desenvolver cidadãos mais capacitados, autónomos e empreendedores, mas para isso é necessário também que o Estado reforce a política de incentivos às populações.

Bibliografia

- Araújo, J. Esteves (2005), *A Reforma Administrativa em Portugal: Em busca de um novo paradigma*, Braga, Universidade do Minho
- Almeida, Eugénio (2004), *África. Trajetos Políticos, Religiosos e Culturais*, Espanha, Publidisa
- Almeida, Eugénio (2011), *Angola Potência Regional em Emergência*, Lisboa, Colibri
- AICEP Portugal Global (2017), Portugal Ficha de Mercado, de Março
- AICEP Portugal Global (2016), Angola Ficha de Mercado, de Setembro
- AICEP Portugal Global (2011), Reunião com o grupo de trabalho-Despacho 9224
- Bernadino, Luís M. Brás (2013), *A posição de Angola na arquitetura de paz e segurança*, Coimbra, Almedina
- Chiavenato, Idalberto (1995), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 8ªed., Rio de Janeiro, Elsevier
- Chiavenato, Idalberto (1995), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 4ªed., Rio de Janeiro Markon. Cap.1
- Câmara do Comércio e Indústria Portugal Angola (2016/2017), *Ficha técnica Anuário Angola*, Lisboa, 18ªEdição
- Covas, António (2007), *A Governança Europeia: A política europeia no limiar de uma nova revisão de tratados*, Lisboa, Colibri
- Correia, Pedro de Pezarat (1996), As implicações da descolonização de Angola no Conflito pós-Independência, em: Bravo, Manuel (org.), *Angola Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*, Hugin editora
- Comissão das Comunidades Europeias (2001), *Governança Europeia: Um Livro Branco*, Bruxelas
- CCIPA (2016/2017), *Ficha técnica Anuário Angola*, 18ªed., Lisboa
- Carneiro, E. (2002), Angola: Os desafios do futuro. Política Internacional
- Ferraz, David; Helena Alexandre (2008), *Que espaço para uma cidadania ativa e participativa no contexto das reformas da administração pública em Portugal?* Lisboa
- Ferraz, David (2013), *Handbook da Administração Pública*
- Frey, Klaus. *Governança Urbana e Participação Pública*, RAC-Eletrônica, v.1, nº1, p.136-150, jan/Abril. 2007
- Ferreira, Manuel Ennes (1991), *Características e Tendências das Relações Económicas entre Portugal e a República Popular de Angola*, em: Adelino Torres et. al (org.), *Portugal-PALOP-As Relações Económicas e Financeiras*, Escher editora
- Ferreira, Manuel Ennes (2010), *Angola e África na Rota de Portugal*, Lisboa, Colibri
- Ferreira, Manuel Ennes (1993), *Angola da política económica às relações económicas com Portugal*, Lisboa, Câmara de comércio e indústria Portugal Angola
- Gouveia, Jorge (1994), *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, Lisboa, Cooperação Portuguesa e Revista da Cooperação
- Gomes, J. salis (2003), A avaliação de políticas públicas e a governabilidade, em: Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João Batista (orgs.), *Ética e Administração*, 1ªed., Oeiras, Celta
- Gonçalves, Alcindo. *O Conceito de Governança*, XIV Encontro do Conpedi, 2005

- Hall, Richard (1973), *Os Fundamentos da Organização Burocrática: Uma construção do tipo ideal*, Edmundo Campos (org.), Rio de Janeiro, Zahar
- Lefort, Claude (1984), *Que Es La Burocracia?* Em: Oscar Oszlak (org.), *La Teoria de la Burocracia Estatal*, Buenos Aires, Paidós
- Lubkeman, Stephen (2004), *Reduzir o colonialismo à sua real dimensão: A migração internacional entre Moçambicanos do centro-sul, 1990-1999*, em: Clara Carvalho e João Pina (orgs.), *A persistência da História e Contemporaneidade em África*
- Madureira, Cesar (2004), *A Formação comportamental no contexto de reforma da Administração Pública Portuguesa*, Lisboa, INA
- Mozzicafreddo, Juan (2000), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, 2ªed., Lisboa, Celta
- Mozzicafreddo, Juan (2001), *Administração e política perspectiva de reforma da Administração Pública*
- Moro, Giovanni (2001), *The Citizen's Side of Governance*, Lisboa
- Ministério do Ultramar (1969), *Relatório das atividades*, Lisboa, Agência do Ultramar
- Marques, Oliveira de H.A (2003), *Breve História de Portugal*, 5ªed., Lisboa, Editorial presença
- Mingas, R. A.V.D.R. (1992). *Perspetivas de cooperação entre Portugal e Angola*
- Marchueta, Maria (2003) *A CPLP e seu enquadramento*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros-Instituto Diplomático
- Mourão, Fernando Albuquerque (1995), *A comunidade dos países de língua portuguesa, a base linguística e a material*, in *Revista São Paulo em Perspetiva*, vol.9, nº1
- Novais, Jorge (1986), *As origens medievais do estado moderno*, Lisboa, Gradiva
- Nolasco, Inês (2004), *A evolução de qualidade na Administração Pública Portuguesa*. Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivos, BAD, Lisboa
- Ocampo, Reis (2015), *Repensar a governança económica e social global*, em: Joseph E. Stiglitz e Mary Kaldor, *Em Busca de Segurança*, Bertrand
- Oliveira, Jorge (2017), *Discurso do secretário de estado, Jorge Costa Oliveira, na tomada de posse da nova administração da AICEP*, Lisboa
- Pierson, Christopher (2011), *The Modern State*, 3ªed.
- Pavia, José (2011), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*, Lisboa, Quid Juris
- Rocha, Oliveira (2013), *Mudança do estado e mudança da Administração Pública: A história de uma disciplina*, em : Cesar Madureira e M. Asensio, *Handbook de Administração Pública*, Lisboa, INA
- Rocha, Oliveira (2001), *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, Lisboa, INA
- Ribeiro, Gabriel S. M. (2000), *As representações sociais dos Moçambicanos: do passado colonial e democratização. Esboço de uma cultura política*, 1ªed., Lisboa, Instituto de Cooperação Portuguesa
- Schlettwein, P. (2000), *A Guerra e as Igrejas. Angola 1961-1991*, Switzerland
- Silva, Pedro e Adão (1997), *Estado-providência: o modelo político do estado moderno*, Lisboa, Finisterra
- Strayer, Joseph (1986), *As origens medievais do estado moderno*, Lisboa, Gradiva
- Silva, Diego (2010), *O passado no presente: História da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior*, in *Revista cadernos do CNLF*, vol. XIV, nº4

Santos, Palmira (2017), *O papel da comunicação na internacionalização das empresas portuguesas em Angola: Contributos sobre o mercado de vestuário infantil*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Social na Especialização de Comunicação Estratégica, Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Universidade de Lisboa

Wilson, Woodrow (1887), *The Study of Administration*

Legislação

Portugal: Constituição da República de Portugal (Lisboa: Quid Juris, 2005)

Angola: Constituição da República de Angola (Luanda, 2010)

Angola: Decreto Legislativo Presidencial nº5/2012, de 1 de Outubro

Portugal: Decreto-Lei nº 229/2012, de 26 de Outubro

Portugal: Decreto-Lei nº 121/2011, de 29 de Novembro

Portugal: Decreto-Lei nº 245/2007

Angola: Diário da República, 1º Série, nº221, de 24 de Setembro de 1979

Angola: Decreto Legislativo Presidencial nº 105/2014, de 16 de Maio

Portugal: Decreto-Lei nº115/1982, de 14 de Abril

Portugal: Decreto-Lei nº225/2002

Portugal: Decreto-Lei nº558/1999, de 17 de Dezembro

Portugal: Decreto-Lei nº245/2007, de 25 de Julho

Portugal: Decreto-Lei nº244/2007, de 25 de Junho

Portugal: Decreto-Lei nº115/1982, de 14 de Abril

Artigo de Jornal

Agência Lusa (2015), *Fornecimento de dólares a Angola será descontinuado a partir de segunda-feira*, <http://observador.pt/2015/11/26/fornecimento-dolares-angola-sera-descontinuado-partir-segunda-feira/>, 26.11.2015, consultado em 15.09.2017

Angop (2017), *Angola: Empresas exportadoras priorizaram credibilização dos produtos no mercado internacional*, http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/economia/2017/3/17/Angola-Empresas-exportadoras-priorizam-credibilizacao-dos-produtos-mercado-internacional,97368513-3a69-4640-b9a5-2ea55c23e38a.html?version=mobile, 28.05.2017, consultado em 15.09.2017

Coelho, José (2017), *Relação com Angola é muito rica, mas tem problemas como todas as relações*, <http://observador.pt/2017/03/17/relacao-com-angola-e-muito-rica-mas-tem-problemas-como-todas-as-relacoes/>, 17.03.2017, consultado em 15.09.2017

Filipe, Celso (2017), *Paulo Portas "Relação com Angola não é Substituível"*, <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/paulo-portas-relacao-com-angola-nao-e-substituivel>, 28.03.2017, consultado em 17.08.2017

Silva, Nuno (2017), *AEP promove empresas portuguesas em Luanda*, <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/aep-promove-empresas-portuguesas-em-luanda-187954>, 20.07.2017, consultado em 15.09.2017

Sapo (2017), *Angola. Governo trama empresas*, <https://sol.sapo.pt/artigo/560648/angola-governo-trama-empresas->, 29.04.2017, consultado em 15.09.2017

Sites de instituições

Câmara do Comércio e Indústria de Portugal (s.a.), *Angola recua na limitação das importações de produtos alimentares*, <http://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/592-angola-recua-na-limitacao-das-importacoes-de-produtos-alimentares>, consultado em 10.09.2017

Câmara do Comércio e Indústria de Portugal (s.a.), *Barreiras às exportações para Angola debatidas na Câmara de Comércio*, <http://www.ccip.pt/pt/menu-media/noticias//393-barreiras-as-exportacoes-para-angola-debatidas-na-camara-de-comercio>, consultado em 12.09.2017

Câmara do Comércio e Indústria de Portugal (s.a.), *Comércio Internacional Português*, <http://www.ccip.pt/pt/newsletter-internacional/1098-comercio-internacional-portugues>, consultado em 12.09.2017

Conselho Nacional de Carregadores (s.a), <https://www.cnc-angola.com/>, consultado em 18.10.2017

Embaixada da República de Angola (s.a.), <http://www.embangola.at/dados.php?ref=rela%E7%F5es-internacionais>, Consultado em 05.06.2017

Fundação Mo Ibrahim (s.a.), *The Ibrahim Prize Celebrates excellence in African leadership* <http://mo.ibrahim.foundation/prize/>, consultado em 10.06.2017

Fundação Mo Ibrahim (s.a.), *Leadership and governance in Africa*, <http://mo.ibrahim.foundation/about-us/>, consultado em 10.06.2017

Galp (s.a.), *Exploração & Produção*, <http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/os-nossos-negocios/Presenca-no-Mundo/Angola/Paginas/Exploracao-desenvolvimento-Angola.aspx>, consultado em 17.09.2017

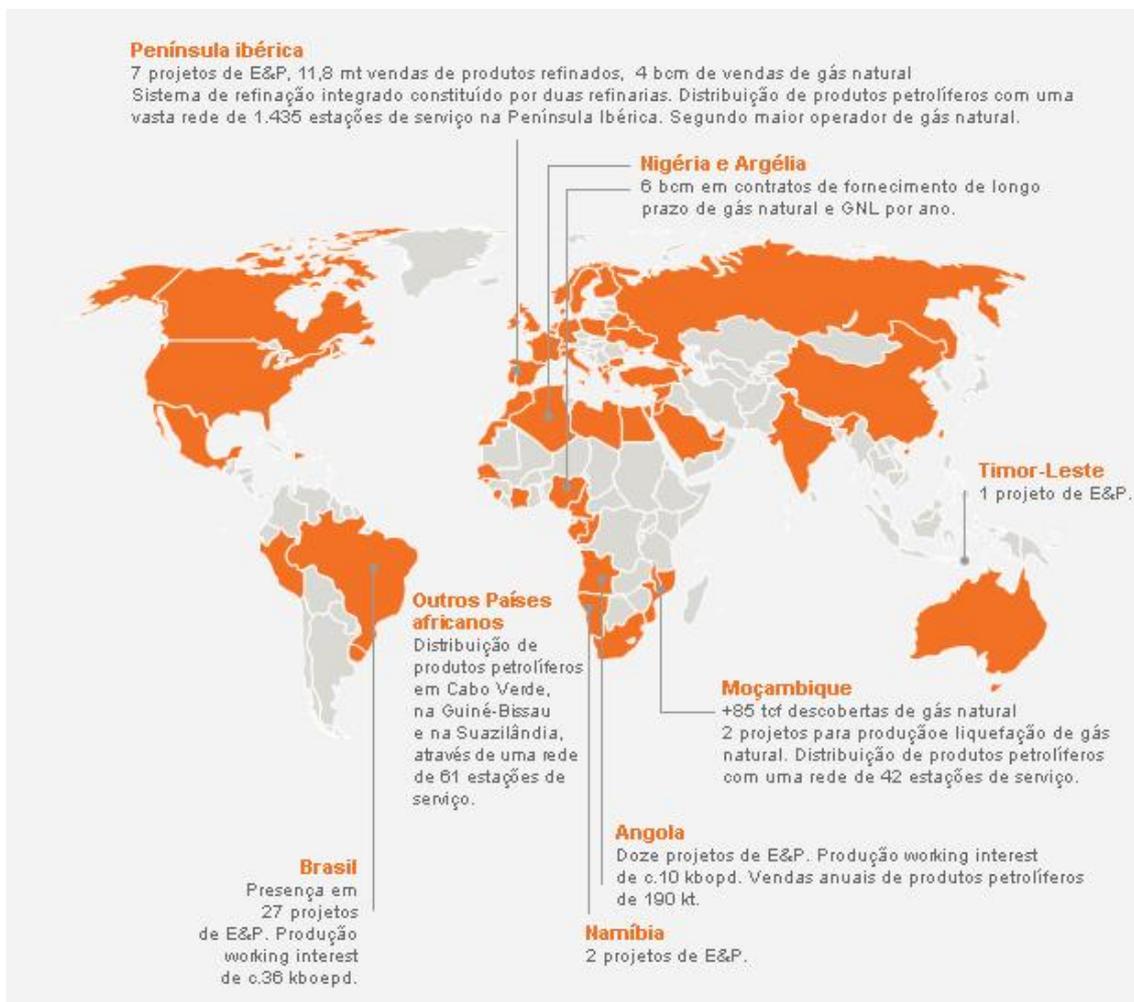
Galp (s.a.), *os negócios*, <http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/os-nossos-negocios/Paginas/Home.aspx>, consultado em 25.09.2017

Total (s.a.), *Kaombo, a energia do futuro*, <http://www.total.co.ao/pt-an/total-em-angola/projectos-para-produzir-melhor-energia-em-angola/kaombo-energia-do-futuro>,
consultado em 17.09.2017

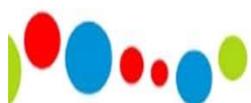
INE(2017),
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281229833&DESTAQUESmodo=2, consultado a 15.09.2017

ANEXO

ANEXO A- A Galp no mundo



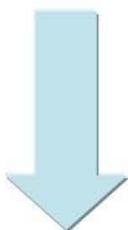
ANEXO B-Projeto internacionalizar para crescer da AICEP



internacionalizar para crescer

mais Empresas

Mobilizar empresas para a Internacionalização



PME mais Mercados
Mais Novos Exportadores
Mais Redes GE-PME
Mais Procura
• Missões Inversas;
• Mostras de Produtos Portugueses

mais Mercados

Diversificar novos Mercados de exportação

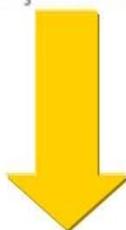


Prospecção:
•Egipto
•Colômbia
•Guiné Equatorial
•Indonésia

Missões a Mercados de Expansão: Egipto, Arábia Saudita, Guiné Equatorial e Singapura/Malásia.

mais Mundo em Portugal

Captar novos investimentos e reforçar actuais



Campanha para IDE:
• Capacitação de Agentes Locais;
• *Benchmarking* de Competitividade;
• Acções de Angariação a *Players* Mundiais;
• Plano de Qualificação da Oferta Nacional, para o acolhimento de IDE.

mais Portugal no mundo

Promover a imagem de Portugal



Portugal: País que Investe, Inova e Exporta

Campanhas País:
• Brasil;
• Estados Unidos



aicep Portugal Global

ANEXO C- Análise sobre a AICEP

Pontos Fortes	Oportunidades
<p>Rede Externa o que lhe permite assegurar um apoio forte e abrangente às empresas e ter um conhecimento profundo dos mercados (procura e oportunidades)</p> <p>Modelo de negócio relacional aliada a uma adequada segmentação: gestores de cliente, lojas de exportação</p> <p>Proximidade às empresas o que lhe permite um conhecimento profundo da oferta Portuguesa</p> <p>Capacidade de Adaptação – Elevada flexibilidade o que nos permite servir os nossos clientes, de acordo com as suas necessidades através de soluções diferenciadas .</p>	<p>Mercados Emergentes (em especial o Brasil e Angola) oferecem amplas oportunidades às empresas Portuguesas</p> <p>Novos Instrumentos de promoção do investimento e da internacionalização no âmbito de um programa de recuperação da economia</p> <p>Reforma da Administração Pública poderá proporcionar um enquadramento mais favorável ao investimento</p>
Pontos Fracos	Ameaças
<p>Dificuldade de renovação de quadros técnicos</p> <p>Falta de quadro financiamento estável, apesar do Contrato Programa Celebrado</p> <p>Recursos poucos em mercados emergentes</p>	<p>A crise das dívidas soberanas poderá ter um impacto considerável na atractividade do País, na forma como são percepcionados os bens e serviços Portugueses e na capacidade de financiamento das empresas com repercussões na actividade de investimento e internacionalização da AICEP</p> <p>A alteração do modelo de controlo dos recursos necessários ao cumprimento da missão da agência., em particular a rede externa.</p>

Currículo

Perfil

Tenho 23 anos, sou extrovertido, motivado, extremamente respeitador, disposto a novos desafios, resiliente, persistente, amante de futebol, colhedor, compreendedor de várias culturas muito pelo facto de ter vivido em 3 Países, Angola, China (em Macau) e Portugal

Formação Académica

De Setembro de 2015 até ao momento (Mestrado em Administração Pública, no ISCTE-IUL)

De Setembro de 2012 até Julho de 2015 (Licenciatura em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada de Lisboa)

Interesses Profissionais

Administração Pública

Relações Internacionais

Auditoria e Consultoria

Estágio

De 20 de Setembro de 2017 até ao momento (Na Representação Comercial de Angola em Portugal)

Competências Linguísticas

Domínio da língua portuguesa

Inglês intermédio

Outros temas de interesse

«O impacto da internet na sociedade»

«O funcionamento das instituições internacionais»

☎ Telefone: 969411526

✉ Email: ro61994@hotmail.com

📍 Endereço: Rua Maestro António Taborda nº3, R/C esquerdo, 1200-714 Lisboa